

A Juventude Revolução é uma organização de jovens contra a exploração, a opressão e a guerra e na luta pelo socialismo no Brasil e no mundo. Nós surgimos da necessidade que todos os jovens tem de lutar pelos nossos direitos. Somos a Seção Brasileira da Internacional Revolucionária da Juventude (IRJ) organização que reúne jovens de mais de 25 países.

Lutamos pelo direito da juventude ter um futuro de verdade sem guerras, drogas e violência. Queremos educação, trabalho diversão e arte! Por isso rejeitamos o capitalismo, sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção, que explora e oprime os trabalhadores e a juventude.

Realizamos nosso 9º Encontro Nacional da JR - Anderson Luis em julho de 2006 onde definimos os objetivos da JR:

- a) *Lutar pela união da juventude na luta por suas reivindicações;*
- b) *Lutar contra as guerras e a exploração;*
- c) *Lutar contra as drogas e o narcotráfico;*
- d) *Combater pela independência das entidades estudantis;*
- e) *Defender a educação pública e lutar pelo acesso a diversão e arte;*
- f) *Lutar pelo fim da propriedade privada dos meios de produção.*

Conheça a Juventude Revolução!

Organize um núcleo da Juventude Revolução!

Juventude
REVOLUÇÃO



SEÇÃO BRASILEIRA DA
INTERNACIONAL
REVOLUCIONÁRIA DA
JUVENTUDE

www.juventuderevolucao.org

SEÇÃO BRASILEIRA DA
INTERNACIONAL
REVOLUCIONÁRIA DA
JUVENTUDE



Juventude
REVOLUÇÃO



QUE FOI O QUILOMBO DE PALMARES?

Benjamim Péret

PREÇO: R\$5,00 • SOLIDÁRIO: R\$10,00

COLEÇÃO CADERNOS DA JUVENTUDE REVOLUÇÃO

Março de 2008

O que foi o Quilombo de Palmares
Texto: Benjamin Péret

Produzida pelo Conselho Nacional da Juventude Revolução

JUVENTUDE REVOLUÇÃO

SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL REVOLUCIONÁRIA DA JUVENTUDE (IRJ)

ENTRE EM CONTATO:

www.juventuderevolucao.org

© Copyleft – É permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que mantida os créditos e esta nota.

Comunista Internacionalista (Oposição de Esquerda), de oposição ao stalinismo. Péret (foi um dos encarregados da “Comissão de Agitprop (agitação e propaganda)”. Entre seus planos como “agitador cultural”, consta a criação de uma “cooperativa cinematográfica, para exibição de filmes revolucionários”.

No fim de 1931, o poeta é expulso do Brasil pelo governo de Getúlio Vargas e decide retornar à França com a esposa.

Em 1936, Péret decide combater o franquismo com os revolucionários republicanos na Guerra Civil Espanhola. De lá escreve inúmeras cartas para André Bretonque vão da alegria à angústia do processo de revolução e contra-revolução. Com a derrota da revolução espanhola volta para França. Logo depois, em janeiro de 1942, ele chega ao México onde conhece Nathalia Sedova, viúva do revolucionário russo Leon Trotsky, exilada na Cidade do México.

Após muitos anos no México e tendo novamente residido no Brasil entre o verão de 1955 e a primavera de 1956, período em quem escreve *O Que Foi o Quilombo de Palmares*, Péret volta à França onde morre em Paris, em 18 de Setembro de 1959.

O militante e crítico de arte brasileiro Mário Pedrosa, membro fundador da Liga Comunista Internacionalista (Oposição de Esquerda) e posteriormente filiado número 1 do PT descreveria ao Peret ao amigo Lívio Xavier: “*O Péret – é aquilo mesmo que nós pensávamos. Camarada simpático, simples, sem grande inteligência, doido, vagabundo, poeta, entusiasmado, forte – e intelectualmente – seguindo o Breton e o Aragon, sobretudo o primeiro.*”

Péret nunca cessou de ser poeta, e como tal, de combater em todos os terrenos. Sua vida foi uma vida dedicada à poesia, à revolução e a liberdade para a arte e para toda humanidade

16 de abril de 2006

Alexandre Linares

UM POUCO SOBRE O POETA SURREALISTA E MILITANTE REVOLUCIONÁRIO BENJAMIN PÉRET

Nasceu em Rezé, Loire-Atlantique em 4 de Julho de 1899 foi um poeta francês surrealista e militante operário revolucionário internacionalista.

Quando jovem foi obrigado pela própria mãe a alistar-se no exército francês, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Isso provocou nele uma profunda repulsa pelo autoritarismo, que procurou combater ao longo de toda sua vida.

Após a Grande Guerra, adere ao movimento Dadaísta, com o qual romperia em 1922, juntamente com seu amigo André Breton.

Junto com Breton e com outros poetas e escritores como Louis Aragon, Philippe Soupault e Paul Éluard, fundaram o surrealismo. Ao lado de Pierre Naville, foi responsável pela edição dos primeiros números da revista *La Révolution Surréaliste* (1924).

No início de 1929, ano da publicação do Segundo Manifesto do Surrealismo, a inquietação atinge novamente Péret, que decide mudar-se para o Rio de Janeiro com sua esposa, a cantora brasileira Elsie Houston.

Ao lado de Elsie, Péret viaja pelo Norte e o Nordeste do Brasil entre 1929 e 1931, fazendo pesquisas etnográficas.

Em 21 de Janeiro de 1931, ao lado de Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Fúlvio Abramo e Aristides Lobo, Péret fundará a Liga

APRESENTAÇÃO

Há 313 anos, no dia 20 de Novembro de 1695, era morto Zumbi, líder negro do Quilombo dos Palmares, que resistiu bravamente a diversos ataques das forças escravistas e que só após 50 anos que conseguiram fazer deixar de existir o Quilombo dos Palmares. Entretanto podemos perceber que na atualidade o genocídio da população negra (ainda) é algo gritante na sociedade capitalista/racista, mas mesmo assim a resistência, continua fortemente . Apesar de muita coisa ter mudado, entre 1695-2008, a necessidade de se destruir a sociedade escravista daquela época (para que os negros sobrevivessem), hoje se configura na necessidade de se destruir a sociedade capitalista, para que os negros também possam sobreviver e de fato se libertarem da opressão racial e da exploração social.

Os negros que sofreram com a Diáspora na época da escravidão. Um verdadeiro seqüestro da força de trabalho do continente africano, o que continuou depois com o saque das matérias primas e recursos naturais, para terminar agora com a pilhagem e extermínio dos negros em todas as partes do mundo. Podemos perceber na situação dos negros na diáspora atual, seja dispersos nos EUA, no Caribe ou na América do Sul, onde têm a sua mão de obra descartada, por um sistema decadente que destrói as forças produtivas.

No Brasil, como em todo o mundo, vemos que a organização dos jovens e trabalhadores negros são a sua única arma para combater Racismo e o Imperialismo, e os ataques que nós negros sofremos não são poucos, desde o massacre do povo negro haitiano pelas tropas da ONU, que vergonhosamente é comandada pelas tropas brasileiras, passando pela política deliberada de limpeza étnica do povo negro nos EUA, aplicada pelos partidos gêmeos (Republicanos e Democratas); e com exemplos de uma verdadeira política de genocídio da juventude negra aqui no Brasil, como podemos perceber diariamente os casos de jovens negros que são assassinados brutalmente cotidianamente.

Enquanto isso o Governo Lula, mantém muito lento a regularização e a demarcação das comunidades remanescentes dos quilombos, evitando uma reparação histórica que o povo negro tem direito.

A publicação desse caderno tem como objetivo, além de resgatar a história de resistência do povo negro brasileiro, que traz uma análise inovadora, tendo como um elemento central a luta de classes no contexto escravista, é também de contribuir para a organização e luta de todos os jovens negros no Brasil.

7 de abril de 2008

Joelson Souza

NOTAS

1 - Quanto as faltas dos escravos eram consideradas particularmente graves, ele era suplicado publicamente com um chicote chamado “bacalhau”. Quanto às vergastadas, eram aplicadas corretamente em todas as fazendas, e a punição era muitas vezes completada com uma camada de sal sobre as partes que os golpes tinham deixado a carne viva. Carneiro, Édison. O quilombo dos palmares. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1947. Nas paginas seguem, deve-se ver o resumo desta obra, a mais completa até agora sobre a historia desse quilombo. [Nota de Benjamim Péret].

2 - Hoje, Marechal Deodoro (N.O)

3 - Conselho Ultramarino: Organismo instituído por Felipe II, de Portugal e Espanha, em 1604, com a incumbência de debruçar-se sobre matérias concernentes aos Estados da Índia, Brasil, guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde e de todas as partes ultramarinas e lugares da África. Reorganizado por dom João IV, em 1624, após o fim da Unificação Ibérica, funcionou em Lisboa de 1643 a 1833, quando foi extinto (N.O.).

4 - Os “hábitos” oferecidos pelo governador eram funções, cargos que o “coronel” e seus homens assumiriam por “investidura” (do latim *in e vestis*, “veste”, “roupa”); concedidos pela coroa portuguesa, esses cargos davam direito a dignidades e prebendas; os especialistas consultados divergem quanto à natureza das “três Ordens” referidas: se seriam ordens de cavalaria de caráter religioso e militar ou ordens estritamente religiosas (N.O.).

5 - Língua: Intérprete utilizado nas conversações das autoridades lusitanas com os indígenas ou os quilombolas. Os mocambeiros falariam uma língua resultante do sincretismo de línguas africanas, do português e do tupi-guarani (N.O.).

6 - Péret cita de memória; trata-se de *Race et histoire* (raça e historia), 1952 (N.O.)

parte, a vida e a morte se engendram mutuamente e, para além do orgulho das grandes árvores abatidas pela tempestade, os olhos, amanhã, poderão gozar com o esplendor das orquídeas.

QUE FOI O QUILOMBO DE PALMARES?

INTRODUÇÃO

De todos os sentimentos que fervilham no coração do homem, o anseio de liberdade é, certamente, um dos mais imperiosos e a sua satisfação é uma das condições essenciais da existência. Por isso, quando o homem se vê privado dela, não tem sossego em quanto não a reconquista, de modo que a história poderia limitar-se ao estudo dos atentados contra a liberdade e dos esforços dos oprimidos para sacudir o jugo que lhes foi imposto. Se ânsia da liberdade é tão viva no coração do homem, não é paradoxal que ele a tenha deixado arrancar, ainda que uma só vez? Na realidade, a sua supressão brutal, favorecida por crises agudas, parece súbita na medida em que a evolução que conduz a ela permaneceu despercebida. Devido a um incidente, o perigo tornou-se iminente e sensível para todos, mas já então as forças em ação adquiriram, em geral, uma autonomia suficiente para que o movimento prossiga automaticamente até suas conseqüências extremas. Pois quem teria podido imaginar, nas primitivas eras, que a divisão do trabalho no seio da família engendraria um dia, estendendo-se fora do seu círculo inicial, a escravatura e, depois, a impiedosa sociedade capitalista, sob muitos aspectos mais atroz que o sistema anterior de exploração?

De fato, tudo se passa como se o homem aspirasse tanto à liberdade como a partir do momento em que a perdeu, sem dúvida porque ela constitui, para o espírito e o coração, a atmosfera sem a qual o indivíduo não poderia viver. Se o ser físico não pode sub-

sistir sem ar, o ser sensível não pode senão estiolar-se e degenerar sem liberdade. Vista sob esse ângulo, ela torna-se portanto um elemento quase físico, um valor inapreciável, assim que se rarefaz. É essa uma concepção rudimentar, quase animal da liberdade. De modo que, enquanto os homens não conseguirem elevar-se acima deste nível, é fácil privá-los dessa liberdade elementar; mas, assim que ela lhes falta, o indivíduo torna-se totalmente incapaz de ver um palmo adiante da cerca em que foi encerrado. Primeira conclusão: deve-se tomar consciência da liberdade assim que ela foi conquistada e preserva - lá ciosamente de todos os ataques.

A adjuração de Danton: “Audácia, audácia, audácia, sempre!” está longe de ter perdido a atualidade. Com efeito, a única culpa do homem tem sido a pusilanimidade. Nunca será excessiva a sua sede de liberdade. Se ele não tem bastante sede, deve suscitá-la, excitá-la cada dia mais a fim que a concessão arrancada ontem sirva apenas para prepará-lo para reclamar ainda mais amanhã, até a satisfação completa. Mas o homem conhecerá um dia a saciedade? Isso significaria que os desejos humanos são limitados ou que, segundo Marx, é possível admitir um fim da história. Tudo contraria tal asserção. O homem é antes de tudo um ser que deseja, mas cujas aspirações são refreadas há tanto tempo que ele conserva delas apenas uma consciência intermitente. Ora, nada poderia se basear de vivo e duradouro, nada que pudesse alargar o campo magnético do espírito e do coração, fora do prolongamento crescente desses lampejos de consciência e sua intensificação. Enquanto o “Mais Luz!” de Goethe moribundo não se tiver tornado a regra cotidiana de cada um, a liberdade iluminará apenas os ratos concentrados em solapar o edifício em cujo cimo ela tremeluz.

Os negros do quilombo dos Palmares não aspirava senão a essa liberdade elementar sem a qual a existência humana já não tem sentido. Eles não compreenderam nem poderiam compreender que somente conseguiriam atingi-la ultrapassando-a. Era preciso que eles a exigissem, não só para a sociedade que haviam edificado, mas para todos os que, no Brasil, sofriam a sorte a que eles haviam querido escapar criando o quilombo. Era impossível a esses negros, havia pouco arrancados à sua floresta natal, elevar-se a essa concepção do sacrifício necessário para o triunfo da causa que defen-

evadidos: tanto fazia um senhor como outro. Por outro lado, o quilombo, quando foi dissolvido, levava havia vinte anos uma existência cuja precariedade aumentava de ano para ano, devido aos ataques constantes que sofria. Para compensar, em parte, o novo risco inerente à vida no quilombo dessa época, teria sido preciso que não somente o cativo permanecesse bólico, mas também que os negros dos Palmares se arvorassem nos libertadores de todos os escravos. Não o fizeram, e não podiam fazê-lo, pois o seu nível geral de consciência não lhes permitia.

Teriam eles conseguido libertar os escravos no Brasil? Não é de crer. Uma sublevação geral e simultânea nas capitanias de Pernambuco e de Alagoas poderia pôr à sua disposição o armamento considerável dos seus senhores. Mas poderiam eles utilizar todos os tipos de armas que caíssem em suas mãos, a artilharia por exemplo? Pode-se duvidar disso. Mesmo assim. A reivindicação explícita da abolição da escravatura, sustentada de armas na mão, teria tido tão grande repercussão que a emancipação dos escravos teria sido consideravelmente antecipada.

Tal reivindicação não foi formulada, e é de lamentar. Tal como foi, o quilombo dos palmares representa um episódio da luta dos homens pela sua libertação. Essa tentativa não era por certo viável nas condições que a viram surgir, como não o era falanstério de Fourier, que ela parece prefigurar nos seus melhores momentos. O que não impediu ter o quilombo insuflado nos negros do Brasil uma grande esperança, assim como as calorosas antecipações de Fourier pareceram por um instante trazer uma solução ideal e imediata às contradições que já dilaceravam a sociedade no início do século passado. Talvez seja necessário que o homem cometa erros antes de descobrir no fundo de cada um o elemento de verdade possível de germinar e cujo reconhecimento condicione o êxito do salto que se impõe. Verdade e erro parecem, aliás, exaltar-se um ao outro, não poder subsistir isoladamente e engendrar-se um pelo outro num abraço eterno. A luta sem tréguas que, por vezes, interrompe esse abraço não lhe condicionará o calor? Não pretendemos de modo algum defender aqui uma posição de indiferença mas, ao contrário, tirar da natureza precíval da verdade de uma razão a mais para facilitar o seu rápido amadurecimento. Por toda

sua aparição, viram-se condenados a uma necessidade de luta sem tréguas, cujo resultado só lhes poderia ser fatal. Teria o quilombo conseguido sobreviver se tivesse conseguido ultrapassar essa situação, arrastando todos os negros a um combate pela abolição do cativo no Brasil? Vimos que, na sua melhor época, o quilombo constituiu um apelo implícito à emancipação dos negros, mas esse apelo resultava da oposição que apresentava com a escravatura. Permaneceu sempre uma manifestação involuntária, produto automático da situação criada pela existência do quilombo. E este, por sua vez, fora engendrado pela força das circunstâncias. Nascera de um salve-se-quem-puder individual e não de uma ação refletida e combinada tendendo a transformar a sorte dos negros transportados ao Brasil.

Resta saber se essa passagem do salvamento individual para a salvação coletiva era possível. O menos que se pode dizer é que as condições de recrutamento dos escravos embarcados para o Brasil tornava essa evolução das mais difíceis. É sabido que os negros provinham de tribos separadas umas das outras por distâncias consideráveis, falando línguas muito diferentes e situadas em níveis culturais desde o mais primitivo até um estado comparável ao dos portugueses. Em sua imensa maioria, os escravos parecem contudo ter pertencido ao grupo banto, um dos mais atrasados do continente. Por fim, a escravatura era conhecida na África desde de tempos imemoriais. Tinha, sem dúvida, adquirido um caráter tradicional análogo ao salariado de hoje, cuja opressão, como se sabe, só é percebida, com todas suas conseqüências, por uma minoria operária. Inclina-mo-nos, tanto mais, em acreditar que a evolução da fuga individual à reivindicação coletiva de abolição do cativo era impossível no século 17, quando os próprios negros haviam instituído a escravatura no quilombo. Certo, a alforria era relativamente fácil, mas implicava o reconhecimento e a continuação do sistema escravagista no quilombo. A sua adoção, longe de reforçar a defesa dos negros, só pôde enfraquece-la, pois desaparecia assim a distinção fundamental entre o quilombo e a sociedade dos brancos. O apelo que, em épocas anteriores, emanava dos Palmares perdia assim toda a eficácia. Os escravos das fazendas já não tinham nenhuma razão para seguir os negros

diam. E, entretanto, o sacrifício se consumou apesar deles e, tal qual, permanece exemplar. Parece aliás que, do esforço de emancipação dos homens, subsistem antes de tudo os holocaustos oferecidos a essa libertação, nos quais estão figuradas as aspirações de uma época inteira. É como se os oprimidos dissessem às gerações chamadas a sucedê-los: “Nós perecemos porque nos enganamos. Procurem onde está o nosso erro”.

Os negros dos Palmares não podiam saber que a exigüidade de suas forças condenava a sua empresa desde a origem. Ignoravam que a sua aspiração fundamental só se poderia realizar se fosse extensiva ao conjunto dos negros do Brasil unidos por um fim comum, e não recorrendo aos métodos dos inimigos. O fim não justifica os meios: um e outro são independentes pois constituem os anéis indefinidamente multiplicados de uma cadeia perpétua.

O quilombo representou a reação instintiva e normal dos negros em diversos pontos do Brasil. É preciso pois concluir que constitui uma etapa necessária da emancipação dos negros. Sem o quilombo, as insurreições dos negros da Bahia (1817-1835) teriam podido existir? Não é de crer. É efetivamente porque a experiência dos quilombos havia penetrado profundamente na carne dos escravos e impregnado suas fibras sensíveis, que eles descartaram então essa solução. E não há dúvida que essas insurreições prepararam a abolição da escravatura, quando mais não fosse atraindo para a condição dos negros do Brasil a atenção de homens penetrados do espírito do século 18.

OS FATOS

Desde o último terço do século 16, uma corrente contínua de negros capturados na África começou a partir desse continente com destino aos portos brasileiros, onde eram vendidos aos plantadores que, cada vez mais numerosos, instalavam-se em territórios recém-descobertos das capitanias de Pernambuco e Alagoas. Essa corrente, a princípio fraca, aumentava o volume com regularidade, à medida que se estendia a superfície das terras exploradas pelos colonizadores portugueses. O comércio dos escravos estava florescente e devia permanecer como tal durante dois séculos. Caçadores

capturavam negros em todos pontos da África e transportavam-nos como gado às costas ocidentais, de onde eram embarcados para o Novo Mundo. As condições de transporte eram tão inumanas que muitas vezes a maior parte da “carga” perecia antes de alcançar as Índias ocidentais. Empilhados no porão, malnutridos, sem ar, quase sem água, num calor e mau cheiro indizíveis, não era de admirar que qualquer doença, por mais insignificante, dizimasse os infelizes.

Desde a sua chegada, eram levados ao mercado e vendidos como animais, quer diretamente aos fazendeiros, quer a comerciantes que se encarregavam de “engordá-los”, à semelhança do que hoje se faz com o gado, que é mantido no pasto para aumentar o peso antes de ser conduzido ao matadouro.

É verdade que, ao chegar ao Brasil, os negros eram muitas vezes incapazes de se agüentar de pé, e, por conseguinte impossibilitados de prestar o menos serviço aos fazendeiros. Assim que retomavam forcas para trabalhar, eram empregados nos trabalhos mais duros e submetidos a uma disciplina terrível. A menor falta, muitas vezes mais aparente que real era castigada com um rigor que confinava com o sadismo.

Se desagradava ao patrão, diz Édison Carneiro [1], o negro era submetido ao tronco onde ficava com as mãos, os pés, e pescoço imobilizados entre dois grandes paus retangulares (às vezes barras de ferro) fechado com cadeado. Podiam também ser castigados no “vira-mundo”, pequeno instrumento de ferro que aprisionava os pés e as mãos dos escravos a fim de forçá-los a uma posição incômoda. Esse suplício durava por vezes diversos dias.

Um castigo prolongado requeria “cepo”, longo pedaço de madeira que o escravo devia carregar sobre a cabeça e que se prendia ao tornozelo por uma corrente. A fuga era punida pelo “libambo”, um anel de ferro que rodeava o pescoço do negro com um bastonete flexível terminado por um guiso. Outro suplício consistia na “gargalheira” ou “golinha”, sistema de correntes que impedia os movimentos do cativo.

Se roubava, aplicava-se-lhe ao rosto uma máscara metálica munida de pequenos orifícios para a respiração fechada no occipi-

dos Palmares teriam sido incitadas contra os negros: as tropas de Domingos Jorge Velho compreendiam um número considerável de índios. Para permanecer livres, os negros deveriam pois ter empreendido uma longa e perigosa retirada ao acaso, até tomar contato com tribos índias bem dispostas a seu respeito. Não há nenhuma indicação de que essa tática tenha sido considerada. E seria ela possível? Para os combatentes, não ofereciam certamente nenhum obstáculo intransponível. O mesmo não se dava com as mulheres e crianças, cuja presença entre os combatentes oferecia uma vantagem suplementar para os atacantes. Nessas condições, o triunfo destes últimos era inevitável e só nos podemos admirar de que tenham sido precisos vinte anos para consegui-lo.

Embora o quilombo não pudesse vencer, pois os meios materiais de que dispunham os negros permaneciam insuficientes com relação aos dos brancos, pelo menos podia apressar grandemente a abolição da escravatura no Brasil. Para atingir esse fim, era preciso primeiro que os negros se propusessem conscientemente a questão. Ora, nada demonstra que assim tenha sido, em momento algum da existência do quilombo. Os negros recusavam-se ao cativo, fugiam dos tratamentos inumanos a que os senhores os submetiam, mas nunca pensaram em atacar o próprio sistema nem exigir a sua abolição. Opunham-se a ele na medida em que eram suas vítimas, mas não se importavam que outros continuassem submetidos. Numa palavra, da escravatura percebiam apenas as conseqüências individuais, mas nunca a noção de um interesse geral lhes aflorou ao espírito. Em todo o caso, nenhum documento existe que permita supor o contrário.

Os negros dos Palmares limitaram-se a exigir a liberdade do quilombo sem assumir nenhuma obrigação para com os brancos, os quais, aliás, não mostravam muita tolerância para com eles. Se os negros tinham votado aos brancos um ódio legítimo provocado pelo tratamento que tinham sofrido, estes, por sua vez, consideravam-se pecuniariamente lesados pela fuga dos negros. A hostilidade mútua e latente que, desde os primórdios do quilombo, reinava entre os brancos e seus antigos escravos, tornava pois difícil, senão impossível, toda convivência, de modo que, desde o seu nascimento, os Palmares estavam ameaçados. Pode-se mesmo dizer que, desde

os Palmares. Ela se situa, pois, entre 1640 e 1644. A expulsão dos holandeses (1654) deve ter provocado uma nova fuga de escravos para o quilombo e um reforço da autoridade reconhecida do chefe. A época 1645-1667 deve ter testemunhado entre o quilombo e os brancos numerosas escaramuças justificando a manutenção de uma autoridade central de caráter guerreiro, cada vez mais acentuado, enquanto o chefe buscava aumentar suas vantagens e sua autoridade. É o processo de reforço de todo o Estado. Entretanto, o regime interior do quilombo devia ainda tratar muito mais, nessa época, da administração dos bens que do governo das pessoas, pois nada justificava esta última forma. Na realidade, a palavra governo adquire um conteúdo um tanto concreto somente quando da introdução da escravatura dos Palmares. Para que fosse adotada essa medida, foi preciso que uma multiplicação dos combates obrigasse grande parte da população masculina a abandonar a lavoura pela defesa do quilombo. A partir dessa época, os Palmares revestem a forma definitiva, que conservarão até a sua dissolução.

* * *

A derrota completa dos Palmares era inevitável, pois a organização demasiado rudimentar dos negros era ineficaz diante dos meios postos em ação pelos brancos e a possibilidade, para estes últimos, de atacá-los incessantemente, sem que os sitiados estivessem em condições de se refazer de suas perdas. A tática dos brancos consistiu na fase final da guerra em reduzir progressivamente o número de mocambos do quilombo, e recomeçar suas lavouras. Numa palavra, os negros não podiam encontrar reforço no quilombo que se enfraquecia de ano em ano, ao passo que os atacantes podiam renovar indefinidamente suas tropas.

Os negros podiam esperar conservar sua liberdade senão dissolvendo o quilombo para unir-se às tribos insubmissas. Tudo leva a crer que o quilombo compreendia índios também, mas ao que parece estes não pertenciam a tribos independentes vizinhas, sendo escravos evadidos originários de outras partes do Brasil. Sem que se possa concluir com certeza, parece que as tribos vizinhas

tal por cadeados, a menos que preferisse pendurar-lhe nas costas por uma placa de ferro com a inscrição “ladrão”.

Se o patrão queria obter do negro uma confissão em regra, comprimia-lhe os polegares com “aninhos”, dois anéis de ferro que diminuía o diâmetro à medida que se apertava o parafuso.

Por fim, nos casos excepcionais, o patrão mandava castrar o escravo, amputar-lhe os seios, quebrar os dentes a marteladas e mesmo emparedá-los vivo. E quando faltavam os castigos, eram substituídos pelo trabalho extenuante, de sorte que freqüentemente o desespero apoderava-se dos negros, que se suicidavam e se envenenavam, quando o “banzo” – espécie de moléstia de langor atribuída à saudade – não dizimava fazendas e ate distritos inteiros.

Logo, porém, os negros começaram a reagir pela única via que dispunham, isto é, pela fuga. Não era raro que todos os escravos de uma fazenda fugissem a noite e mergulhados na floresta tropical que, para eles, devia parecer-se singularmente com o país natal. Conseguiram subsistir de um modo ou de outro no seio dessa natureza hostil e, quando encontravam um ponto favorável, afastado de qualquer fazenda, detinham-se e armavam suas cabanas. Na região limítrofe de Pernambuco e Alagoas, os escravos foragidos escolheram a zona de Palmares, sem dúvida porque esse lugar era longe qualquer aldeia habitada pelos brancos. Ao mesmo tempo, a estrutura montanhosa e as espessas florestas constituíam para eles uma defesa natural não desprezível.

Desprovidos de qualquer recurso ou de qualquer meio de garantir subsistência, os negros tiveram, sem dúvida, de viver a princípio dos produtos florestais e de pilhagens, enquanto esperavam que os terrenos, preparados e semeados pelas sementes roubadas nessas expedições, dessem sua primeira colheita. Em seguida estabeleceram relações de troca de espécie, intermitente, sem dúvida, e de pequena envergadura.

A partir de 1630 a escravatura adquiriu uma grande importância em Alagoas. Segundo todas as probabilidades, minúsculos grupos de negros evadidos já existiam nos Palmares; a fama dos quilombos estabelecidos em outros pontos do Brasil foi prov-

avelmente suficiente para decidir os escravos à fuga. Em todo caso, o movimento de deserção das fazendas parece ter-se generalizado a partir dessa data. É claro também que foi logo favorecido pelas primeiras incursões holandesas, as quais tiveram efeito de relaxar a disciplina a que estavam submetidos os negros e oferecer-lhes ocasiões mais propícias de evasão. Os holandeses pensaram desde logo em destruir os Palmares por eles considerarem um bando de “salteadores e escravos fugidos” que atacavam sem trégua as fazendas vizinhas. Enviaram um espião Bartolomeu Linstz, encarregado de viver algum tempo entre os negros e de anotar suas disposições de defesa. Ignoraram-se os resultados dessa missão.

Segundo informes, utilizados pelos holandeses, os negros estavam divididos em Palmares grande, compreendendo cerca de seis mil habitantes, e Palmares pequeno, de cinco mil almas aproximadamente. O governador preparou uma expedição de trezentos soldados armados de fuzis e mosquetes, cem mulatos e setecentos índios “guerrendo com suas próprias armas”. Contudo, isso permaneceu em estado de projeto até janeiro de 1644. Nessa data, a expedição que partiu para os Palmares nada mais tinha em comum com a tropa imponente que fora primitivamente reunida. Parece que compreendia apenas alguns holandeses à testa de um pequeno grupo de brasileiros e índios. Apesar disso, desde o primeiro combate, cem negros perderam a vida, enquanto os atacantes tiveram uma baixa e quatro feridos e conseguiram capturar 31 dos defensores. Em suma, foi pouco mais que uma simples escaramuça.

Foi preciso recomeçar no ano seguinte. O capitão João Blaer partiu de Salgado (hoje Pilar), a 26 de fevereiro de 1645, à testa de uma expedição contra Palmares, mas teve de passar logo o comando ao tenente Jurgens Reijmbach que se reuniu à sua tropa em 02 de abril. Ele incendiou vários mocambos e fez alguns prisioneiros. Mas os quilombolas haviam sido avisados e haviam fugido dos invasores, que tiveram de registrar um meio-malogro. Os negros dos palmares conheceram então uma pausa relativa até 1667.

Entrementes os portugueses haviam restabelecido o seu domínio sobre essa região do Brasil, o que também produziu um novo relaxamento de disciplina, de onde novo êxodo de escravos. Entretanto, após a restauração da autoridade portuguesa (1654),

elas e recapturados não se explicaria se essa fuga não fosse considerada como uma traição, pelo menos na intenção do fugitivo.

Em resumo, para se ter uma imagem mais ou menos precisa dos Palmares, convém levar em conta antes de tudo as condições concretas de vida da população, que foram variáveis ao longo da existência do quilombo. À falta de documentos indiscutíveis relatando a vida no interior dos mocambos e a evolução do seu conjunto, temos de interpretar as raras informações disponíveis, partindo das condições de vida que os negros ainda conhecem na África e que, libertos, haviam tentado recriar no Brasil. E seria absurdo imaginar que os negros haviam instituído uma organização baseada no tipo de sociedade mais elevado da África. Ao contrário, o nivelamento só pôde ser feito por baixo, a partir das organizações sociais mais rudimentares, implicando ausência de autoridade permanente e a comunhão de pelo menos uma parte dos bens de consumo. É fora de dúvida que os mocambos passaram por esse estágio que supõe ainda – devido ao crescimento constante da população, motivado, antes de tudo, pela continuação da imigração – uma solidariedade estreita entre os habitantes dos Palmares. Esta, a principio direta e espontânea, inevitavelmente acarretou, mais tarde, a definição de regras visando remediar flagelos naturais ou as conseqüências das incursões dos brancos. Se chegaram assim à formação de reservas, estas supõem uma verdadeira contribuição de cada um. Por conseguinte, é-nos lícito concluir por uma forma de organização mais evoluída e pela consciência de uma completa solidariedade entre os membros do quilombo opostos ao mundo dos brancos. Os organismos sociais intermitentes da época anterior tendem cada vez mais a tornar-se permanentes. São essencialmente constituídos pelo chefe eleito e o conselho que, ao mesmo tempo, o assiste e o fiscaliza. Essa estrutura só se pôde edificar aos poucos sob a pressão das circunstâncias: um chefe de guerra se impôs ao conjunto do quilombo pelas suas qualidades próprias. Deve-se admitir que essa evolução tinha chegado ao seu termo desde as primeiras incursões portuguesas seguras (1667). Seu ponto de partida permanece muito mais incerto. Deve, entretanto, coincidir com o momento em que a invasão holandesa, facilitando a fuga dos escravos, provoca um crescimento numérico rápido do quilombo. Essa data só pode preceder imediatamente os ataques dos invasores contra

Sem duvida, nesse momento, foram os campos confiados às mulheres, como ainda acontece entre numerosos povos africanos de tradição guerreira. Mas os ataques dos brancos acarretavam muitas vezes a captura de lavradores surpreendidos e a destruição de suas colheitas. O negro perdia assim a companheira e o fruto de seu trabalho. Ao mesmo tempo, retido por suas obrigações guerreiras, ficava na impossibilidade de fazer frutificar suas terras. Não tinha outro recurso senão capturar um escravo para preencher a tarefa que a companheira já não podia cumprir. Se esse escravo era por sua vez capturado pelos brancos, a perda era em todo caso menos sensível para ela que no caso precedente.

Se os negros dos palmares tinham, nos primeiros tempos, libertado os escravos das fazendas que atacavam, haviam sido forçados a renunciar a esse liberalismo a partir do momento em que se sentiram sitiados. Veriam eles nos escravos dos brancos, à medida que o quilombo se tornava mais importante, seres abúlicos e um tanto cúmplices dos seus senhores? Assim se explicaria a tarefa que julgavam necessário impor-lhes (a captura de um escravo) para experimentar a sua lealdade e restituir-lhes a liberdade. Por fim, nada indica, nos textos, que a propriedade dos escravos fosse individual. É provável que à necessidade de defesa coletiva de cada mocambo correspondesse uma produção coletivizada, senão totalmente pelo menos em parte, e baseada numa mão-de-obra servil. Entretanto, o estabelecimento da escravatura nos Palmares não deixava de ter graves inconvenientes para os próprios quilombolas. De fato, esses escravos não se sentiam mais ligados a seus novos senhores que aos antigos. A sua fidelidade ou a sua traição dependia, apenas, do seu interesse. Ora, traindo os negros, seus escravos deviam infalivelmente, nos momentos críticos, ganhar confiança dos brancos. Arriscavam-se mesmo a recobrar a liberdade. Foi um negro capturado pelas tropas de Domingos Jorge Velho que revelou o esconderijo de Zumbi e permitiu a sua prisão, segundo os documentos; mas é quase certo que esse prisioneiro era um escravo dos negros. Outro negro não teria tido motivos para denunciar o seu chefe pois, uma vez livre, ele estaria talvez em grau de libertá-lo. Escravo, esse negro não podia tirar uma vantagem material senão traindo seus senhores em proveito daqueles que acabavam de capturá-lo. Alias, a penas de morte que castigava os escravos foragidos dos quilombo-

o problema dos Palmares não pode deixar se propor aos governadores de Pernambuco e de Alagoas. Um documento indica 25 expedições de 1654 a 1678: é a “relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador d. Pedro de Almeida”, que contém a seguinte lista:

1. Capitão André de Rocha e tenente Antonio Jácome Bezerra;
2. Capitão-mor Sibaldo Lins;
3. Capitão Clemente de Rocha;
4. Capitão-mor Cristóvão Lins;
5. Capitão Jose de Barros;
6. Capitão-mor Gonçalo Moreira;
7. Capitão Cipriano Lopes;
8. Capitão Manuel Rebelo de Abreu;
9. Tenente Antônio Jácome Bezerra;
10. Capitão Bráz da rocha;
11. Capitão Antônio da Silva;
12. Capitão Belchior Alves;
13. Capitão Samuel Álvares Pereira;
14. Capitão Sebastião Sá;
15. Capitão Domingos de Aguiar;
16. Capitão Francisco do Amaral;
17. Mestre-de-campo Antonio Dias Cardoso;
18. Coronel Zenóbio Accioly de Vasconcelos;
19. Sargento-mor Manuel Lopes;
20. Capitão-mor Fernão Carrilho.

Esta lista foi contestada por Édison Carneiro. Faz ele observar com justeza que o autor anônimo desse documento mencionava 25

expedições, mas dá nome de apenas vinte chefes de guerras que comandaram essas empresas. Além disso, a primeira se teria realizado em 1671, quando se conhece com certeza uma desde 1667, a do mestre-de-campo Zenóbio Accioly de Vasconcelos. Parece, contudo, impossível recusar completamente esse testemunho por confuso e errôneo quanto às datas dos ataques contra os palmares. A nosso ver, estes não deixaram de existir, embora não tenham tido, provavelmente, grande importância. Não passavam certamente de meras perseguições de negros que haviam atacado fazendas, induzindo escravos segui-los e talvez capturando mulheres. Os títulos militares que exibem seus chefes são provavelmente mais ocasionais do que reais na maioria dos casos.

Temos apenas informações muito vagas sobre a expedição que o governador Bernardo de Miranda Henriques havia confiado ao coronel Zenóbio Accioly de Vasconcelos, mas pode-se legitimamente supor que foi uma operação de pequena envergadura. Segundo um alferes – João Montes – que acompanhava o coronel, uma tropa de negros e de outras pessoas havia-se lançado empós dos negros. Depois de uma marcha de quarenta léguas, na barra do rio Panema à serra de Comonati, onde as tropas haviam acampado durante três dias, a expedição encontrara um povoado de negros e incendiara-o após violentos combates.

Essa tentativa foi, ao que parece, seguida de uma calma relativa. O governador de Pernambuco deixou as duas cidades mais próximas dos Palmares e encarregou de prosseguir a luta conforme suas possibilidades, como se vê pelos acordos assinados entre dezembro de 1668 e outubro de 1669, entre as cidades de Porto Calvo, Alagoas [2], Serinhaém e Rio São Francisco (hoje Penedo). Decidiu-se que cada cidade participaria com pólvora, balas e provisões de boca para a luta contra os Palmares. Os negros capturados deviam ser vendidos fora da capitania de Pernambuco, mas os escravos dos habitantes da vizinhança das duas cidades deviam ser devolvidos aos seus senhores que pagariam doze cruzados cada um; entretanto se, em consequência da guerra, voltassem espontaneamente aos seus senhores, esses só teriam de pagar seis cruzados. Além disso, somente os negros menores de 12 anos poderiam ficar na capitania de Pernambuco. Os outros pertenciam aos que

que entravam essa solidariedade até torná-la inoperante? A nosso ver, a segunda hipótese é mais verossímil que a primeira. O assalto final de 1694 não representa o décimo terceiro desde 1672 e não foi precedido de uma vitória contra os paulistas (1692)?

Se os recursos do quilombo inteiro não eram provavelmente todos postos em comum, isso não impedia que existisse uma grande solidariedade. Talvez tenham chegado, em certos casos, a uma divisão igualitária no interior de cada aldeia. Era ela acompanhada de uma constituição de reservas para remediar uma destruição eventual de colheitas, ou para preencher deveres de fraternidade para com os mocambos vitimados pelas incursões dos brancos ou por calamidades naturais? Nada se poderia afirmar, mas tais medidas são demasiado lógicas para não terem sido aplicadas, ainda que fosse esporadicamente.

A objeção segundo a qual os habitantes dos povoados teriam podido emprestar víveres de um mocambo a outro não parece aceitável. Um tal sistema de empréstimos supõe – em vista das incursões constantes dos brancos – uma verdadeira contabilidade muito difícil de manter, pois o credor de uma aldeia arriscava-se demasiadas vezes a tornar-se devedor de outra. O mais provável é que esse auxílio mútuo durasse até o fim, mesmo durante a época em que o quilombo recorria ao trabalho servil. Este, nas condições de luta permanente e de insegurança total que eram a regra durante os vinte últimos anos dos Palmares, talvez não implicasse uma repartição desigual dos bens de consumo. Entretanto, é pouco provável que, nesse ponto, a situação tenha sido a mesma em todo o quilombo.

Se é impossível fixar uma data para o estabelecimento da escravatura nos Palmares, nada indica que ela tenha existido antes de terem os brancos empreendido expedições de certa envergadura contra o quilombo. Foi a parti do momento em que os negros se viram na obrigação de enfrentar uma dupla tarefa, cada qual a exigir todos os esforços – a defesa dos Palmares e a agricultura – que tiveram de recorrer ao trabalho servil. É, contudo, provável que, no quilombo, a escravatura tenha sido precedida de um período de divisão do trabalho mais ou menos sistemática, uma parte da população dedicando-se à agricultura enquanto a outra a protegia.

deixar de concordar em suas grandes linhas. Ora, é mais que problemático supor que camadas sociais um pouco diferenciadas tenham podido formar-se, salvo nos últimos períodos. Tudo leva a crer que o Estado, até o fim, permaneceu embrionário, mesmo quando Zumbi dispunha do poder absoluto, pois o seu governo tinha um caráter militar declarado.

Os primeiros negros instalados nos Palmares devem ter lavrado a terra em comum. A necessidade de fazer face a um afluxo constante de fugitivos obrigava esses primeiros cultivadores a coletivizar os recursos do mocambo. Os brancos não cessaram, durante cinquenta anos pelo menos, de destruir as colheitas dos negros para reduzi-los pela fome e abater sua complexidade. Porém, essas incursões repetidas não podiam ter outra conseqüência senão aumentar a solidariedade interna de cada mocambo e de toda a população dos Palmares. Imaginemos, com efeito, que as culturas de um mocambo tenham sido devastadas. Como admitir por um instante que o quilombo vai abandonar os habitantes do povoado sacrificado? Seria enfraquecer duplamente o conjunto dos Palmares: em primeiro lugar, porque a aldeia abandonada à sua sorte tornaria-se incapaz de sustentar um novo assalto dos brancos. Antes de ser reduzido a esse extremo, esse mocambo tentaria, aliás, uma expedição contra os brancos, cujo resultado – fora as vantagens que os assaltantes dela pudessem tirar – seriam novas represálias dos brancos, que não atingiram forçosamente o mocambo assaltante. E não é só. Essa ausência de solidariedade revelaria uma falta de previdência, pois a infelicidade que tocara essa aldeia poderia tocar outra no dia seguinte. Os brancos não teriam mais do que atacar cada povoado isoladamente para vencer com certeza e em pouco tempo. Ora, sabemos que foram precisos cinquenta anos para destruir os Palmares. Parece, entretanto, que a defesa do quilombo ficou sempre insuficientemente concentrada, sem dúvida devido a dispersão dos mocambos num território extenso. Tal dispersão (que no começo foi uma vantagem para os negros, pois acarretava uma multiplicação correspondente dos ataques, destinados assim a um resultado ridículo) permitiu, mais tarde, destruir o quilombo aldeia por aldeia, sem deixar ao conjunto da população o tempo de se refazer. A solidariedade do quilombo terá sido também insuficiente? Terão sido apenas os ataques reiterados (a partir de 1672)

capturassem. Parece entretanto que tais entendimentos não foram acompanhados de nenhuma resultado prático.

Com efeito, em 1671, decidiu-se nova expedição contra os Palmares, que nessa época já compreendia 20 mil almas. Sobrevieram desacordos entre os soldados, tanto que ela foi confiada mais tarde ao tenente Jácome Bezerra. Esse militar obteve grande êxito, pois voltou ao ponto de partida com 200 prisioneiros.

No curso do verão desse mesmo ano de 1671, o governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho, ordenou que se enviassem imediatamente de Porto Calvo homens para abrir os caminhos, prevendo futuros ataques mais eficazes contra o Quilombo. A expedição precedente devia ter tido dificuldades internas resultantes de motins e deserções. Um decreto proclama efetivamente que os soldados amotinados seriam passados pelas armas e os desertores deportados para o Ceará por dois anos, enquanto os graduados acima do sargento deveriam ser destituídos publicamente e relegados ao Ceará por dez anos.

Essa expedição se compôs de seiscentos soldados divididos com três colunas, destinados a convergir para o quilombo. A primeira estava sob o comando do chefe da expedição, a segunda era comandada pelos capitães Antônio da Silva e Domingos Gonçalo, e a terceira, pelo sargento-mor Vicente Martins Bezerra.

As três colunas deviam encontrar-se no centro dos Palmares. Para proteger os comboios de abastecimento, uma tropa de uma centena de homens devia estacionar a meio caminho. Essa expedição dispunha de víveres para cinco ou seis meses.

Jácome Bezerra atacou vigorosamente os negros, destruindo seus povoados e suas culturas, matando e capturando todos os prisioneiros na medida do possível; mas as outras duas colunas partidas de Alagoas e de São Francisco (Penedo) foram desfeitas desde seus primeiros encontro com os negros, tendo os soldados abandonado suas posições. O coronel teve pois de voltar a Alagoas por ordem do governador, que lhe ordenou que prendesse os outros chefes da expedição, a começar por Antônio da Silva, culpados por negligência.

No ano seguinte (1673), os negros incendiaram os canaviais

de Cristóvão Lins, alcaide-mor de Porto Calvo. Este organizou logo uma expedição de represália, que penetrou nos Palmares, onde descobriu e atacou um povoado de setecentas casas. Os negros sustentaram o choque com coragem, mas sua resistência foi breve. Abandonaram logo suas fortificações para fugir para o mato. Embora vitorioso, Cristóvão Lins nada pôde fazer: seus auxiliares haviam-no abandonado.

O governador Pedro Almeida – que acabava de chegar a Pernambuco – pôs-se a organizar um novo ataque contra os Palmares. Em outubro de 1673, anunciou que estava reunindo soldados brancos e índios, bem como negros. Essas tropas, que se propunham destruir de vez o quilombo, deviam partir para palmares no fim desse mesmo mês.

As presas deveriam ser distribuídas aos homens da tropa para serem vendidas fora da capitania, com exceção de negros com menos de 10 anos.

Sabe-se apenas que um combate durou sete horas num ponto determinado de Palmares, onde um mocambo foi tomado e incendiado, enquanto seus defensores perderam muitas vidas e tiveram muitos feridos. O grosso da guarnição negra pôde entretanto fugir para o mato, onde os assaltantes renunciaram a persegui-los.

No ano seguinte (1675), o governador Pedro Almeida decidiu um novo ataque contra o quilombo. Sabe-se que Estevão Ribeiro Baião – o qual, em 1672, tinha na Bahia o título de “governador das armas” – ofereceu seus serviços por escrito. A aristocracia da cidade de Alagoas tinha resolvido, no dia 11 de março do mesmo ano, aceitar o seu oferecimento, mas ignora-se se a expedição projetada foi realmente empreendida e, mais ainda, que resultado teve.

Sabe-se que esse governador de Pernambuco, no curso desse mesmo ano, organizou outra expedição contra Palmares, cujo comando foi confiado ao sargento-mor Manuel Lopes. Deixou ele porto Calvo a 22 de novembro de 1675 à testa de uma tropa de 280 soldados-mores brancos, mulatos e índios e a 22 de novembro chegou, nos Palmares, a “uma grande cidade de mais de duas mil casas, fortificada com estacadas de pau a pique”. Seria a cerca principal do Macaco? Seja como for, os defensores eram numer-

aceita por Ganga-Zumba e na supressão deste ultimo (para qual, sem dúvida, colaborou). O seu reinado significa a instauração de um verdadeiro governo de salvação pública antecipado, pois trata-se na realidade de vencer ou morrer. As iniciativas de paz tomadas pelos negros no reinado de Zumbi, longe de contrariar a tese acima mencionada, vem corroborá-la. Pois não eram elas meras astúcias de guerra destinadas a dar ao quilombo o descanso que lhe permitiria retomar forças?

Tendo optado pela luta contra os brancos, o quilombo não podia deixar de tirar as conseqüências imediatas de sua escolha. Esta implicava uma organização militar, um comando, uma tática, uma estratégia, por todos admitidos e unificados, bem como um serviço permanente de guarda e de informações. Isto não significa de modo algum que os negros dos Palmares tivessem conseguido uma organização perfeita. Ao contrario, esta deve ter permanecido até o fim um tanto rudimentar pois, se assim não fosse, o seu número lhes teria permitido senão vencer pelos menos resistir muito mais tempo. Ainda assim, a disciplina, a parti desse momento, passou para um regime cada vez mais rigoroso; Zumbi exercia uma verdadeira ditadura baseada na confiança de que era objeto. Pois não encarnava ele a luta sem tréguas contra os brancos, depois a resistência encarnizada, quando toda esperança vitória teve de ser abandonada? Foi a razão por que o assassinio do chefe, depois do último assalto, decidiu a dissolução do quilombo. Porém, antes de sucumbir, os Palmares, sob as ordens de Zumbi, resistiram a oito ataques de importância variável, tendo o penúltimo (1692) acarretado mesmo a derrota do paulista Domingos Jorge Velho.

* * *

Qual teria sido o regime econômico dos Palmares? Sobre esse ponto temos somente hipóteses, pois os documentos nada dizem. Pode-se, contudo, afirmar sem temor que o regime sofreu a influência direta das relações dos Palmares com os colonos portugueses. Por outro lado, regime político – se é que se pode usar uma palavra tão complexa para os Palmares – e regime econômico não podem

depois de ter eliminado seus rivais pela astúcia ou pela violência. Tão pouco era ele um soberano no sentido europeu do termo, embora tivesse um poder que os monarcas mais absolutos bem podiam invejar. Era um simples aventureiro a quem a sorte das armas levou ao poder supremo.

Está fora de dúvida que, nessa época (1676 – 1677), a situação interna dos Palmares nada mais tinha de comum com o que havia sido trinta anos antes os seis mil negros de 1645 eram agora “dezesseis a vinte mil almas” repartidas por uma dezena de mocambos no território de uns 27.000 km² ou seja, aproximadamente a superfície da Bélgica. Os documentos da época conservaram os nomes da maioria dessas aldeias cuja localização, aliás, permanece das mais imprecisas. Afirmam também a existência de outros povoados de “menor conta e menor gente”, tanto que se pode considerar como um mínimo o número de 16 a 20 mil habitantes anteriormente mencionado. Uma população tão numerosa, em constante estado de guerra com os colonos portugueses, necessitava uma concentração de poderes – ao menos militares – que não tinha nenhuma razão de ser trinta anos antes. Era um estado que se formava.

Sem dúvida, tais mocambos não eram absolutamente fixos. Os holandeses afirmavam que descobriam novos de meia em meia hora. Exagero evidente, a menos que se tratasse de posições estratégicas de recuo preparadas com antecedência. Mais tarde, os portugueses obrigaram muitas vezes os negros à fuga através da floresta e ao estabelecimento de novos mocambos mais protegidos e das incursões dos brancos, devido à maior distância de seus estabelecimentos.

A transferência do poder de Ganga-Zumba a Zumbi, devido ao envenenamento do primeiro adquire um sentido particularmente claro: os negros revelam-se inimigos declarados dos brancos e travam com eles uma luta decisiva. Um dos dois deve desaparecer, o quilombo ou os brancos. Zumbi vai ter um poder muito maior que o seu predecessor. A própria lógica dos acontecimentos conduz a isso. Entretanto, embora tal poder seja absoluto, nem por isso deixa de ser limitado numa direção, por mais estranha que parece à primeira vista. Zumbi não pode escolher: tem de continuar a guerra a qualquer custo, pois a sua autoridade reside na recusa da paz

osos e bem aramados de toda espécie de material bélico. O combate foi encarniçado e durou mais de duas horas e meia. A sua sorte decidiu-se somente quando os assaltantes conseguiram incendiar algumas casas particularmente vulneráveis. Os homens de Manuel Lopes então caíram sobre os negros, transformando a sua retirada em debandada. Mataram um grande número de fugitivos, feriram outros tantos e capturaram setenta prisioneiros. No dia seguinte, após nova derrota, os negros tiveram de abandonar o lugar Manuel Lopes instalou aí seu campo e passou cerca de cinco meses no mesmo lugar. Soube então que os negros se tinham reunido a 25 léguas dali. O sargento-mor partiu em sua perseguição e dispersou-os de novo. Zumbi, que alguns anos mais tarde devia tornar-se o chefe supremo do quilombo, foi ferido no combate por uma bala que aleijou a perna para sempre.

Aterrorizados por esses ataques, mais de cem negros dos Palmares voltaram aos seus senhores. Apesar dos combates em que os negros perderam uns oitocentos mortos e feridos, Manuel Lopes precisou pedir auxílio ao governador por causa da distância em que se achava e da falta de víveres no mocambo que ocupava.

Pedro de Almeida projetou nova expedição cujo comando foi confiado ao capitão Fernão Carrilho.

A entrada em cena desse oficial vai determinar a mudança radical nas relações dos Palmares com a colônia portuguesa. Chegava ela a região precedido de uma fama de grande bravura ganha na capitania de Sergipe, para onde enviara o governador-geral do Brasil, Alexandre de Souza Freire, em 1670, com a missão de destruir os mocambos de escravos fugitivos que se tinham construídos nas florestas. Como quase todos os brancos e maioria dos índios de sua tropa o haviam abandonado, Fernão Carrilho foi obrigado a efetuar seu ataque com alguns brancos e índios contra um povoado negro de duzentas pessoas. Teve a sorte de pô-las em fuga, capturando vinte pretos e destruindo o vilarejo. No curso de sua segunda empresa, os dezessete índios tapúias que o acompanhavam haviam deserdado, de modo que o capitão ficara só com uma camarada. Os dois, entretanto atacaram os negros, dispersaram-nos e fizeram doze prisioneiros.

Foi esse homem que, em fevereiro em 1676, se reuniu aos representantes das cidades interessadas na supressão do quilombo dos Palmares. A expedição que ia comandar devia comportar duzentos arcos e cem armar de fogo e custar setecentos cruzados, mais cem cruzados por mês para a abastecimento da tropa. As despesas foram repartidas entre as cidades de Porto Calvo, Alagoas, Rio de São Francisco (hoje Penedo). Essas resoluções financeiras não foram respeitadas, visto que Alagoas preveniu o capitão, em agosto de 1676, que as contribuições de Porto Calvo e São Francisco não tendo sido pagas, aquela cidade não podia, sozinha, custear o ataque. Pediam-lhe que fosse com homens que reunira. Todavia, no caso de Fernão Carrilho não querer ir, a cidade de Alagoas estava decidida a lançar o ataque apenas com os homens de sua jurisdição.

O capitão aceitou e, a 21 de agosto, comprometeu-se a pagar com os negros capturados nos Palmares os escravos carregadores de abastecimento que porventura sucumbissem durante as operações. Não se sabe, entretanto, quando o capitão partiu para os Palmares, mas esse primeiro ataque obteve pouco resultado.

Fernão Carrilho reaparece, no ano seguinte (1677), em porto Calvo, pronto para assumir o comando de uma nova expedição contra o quilombo. Vemo-lo decepcionado de encontrar apenas 185 homens à sua disposição, em vez dos quatrocentos que lhe haviam sido prometidos. Após um momento de hesitação compreensível, decidiu-se por fim a empreender o ataque aos Palmares com seus meios precários e partiu para a luta a 21 de setembro.

Chegado à borda da floresta, Fernão Carrilho reuniu a sua tropa e dirigiu-lhe teatralmente uma arenga para levantar-lhe a moral. Não se sabe que acontecimentos motivaram ao discurso.

O mocambo de Aqualtune, mãe do rei, foi atingido a 4 de outubro. Parece que os habitantes foram surpreendidos pela chegada dos assaltantes, pois os defensores abandonaram o lugar à última hora sem tentar a menos resistência.

Os atacantes mataram um grande número de negros e capturaram nove ou dez que não haviam conseguido fugir a tempo. Orei Ganga Zumba fugiu. Sua mãe não foi descoberta, mas uma de suas “damas de companhia” foi encontrada morta alguns dias

Mais tarde, as expedições infrutíferas dos holandeses contra o quilombo não puderam deixar de aumentar o seu prestígio e, por conseguinte, de incitar, mais do que nunca, os escravos a recobrar a sua liberdade. Deve-se, pois, ver o apogeu do quilombo dos Palmares entre a segunda expedição holandesa (1645) e o primeiro ataque português certo (1667). Os evadidos, durante esses vinte e dois anos, viveram a sua idade de ouro. Na medida em que se tornavam uma potencia, atraíam com uma força cada vez mais todos os escravos da região. Tornavam-se mesmo tanto mais perigosos para os colonos europeus quanto a sua audácia tirava da impunidade relativa de que gozavam suas empresas, uma confiança redobrada na extensão de suas forças.

Contrariamente a Édison Carneiro, estamos, entretanto, tentados a crer que as expedições contra o quilombo não cessaram durante essa idade de ouro, embora tenham posto em jogo efetivos muito reduzidos e, por conseguinte, não tenham podido visar se não objetivos limitados. Sem dúvida, a maioria não ultrapassava a importância de uma simples patrulha destinada a recuperar escravos raptados ou a castigar uma incursão dos negros. A multiplicidade dessas escaramoças entretinha nos Palmares um estado de alerta perpétuo ao qual se deve atribuir a origem das modificações que tiveram de afetar a estrutura do quilombo. O chefe escolhido para dirigir uma expedição tendia a conservar o seu comando entre os combates. Ao mesmo tempo que a sua autoridade crescia o seu poder, estendendo-se aos poucos sobre domínios cada vez mais afastados das empresas que haviam motivado a sua escolha inicial. Chefe de expedição, visava cada vez mais ao poder absoluto. Mais precisamente, era um desses chefes de bando cuja autoridade se imponha aos rivais, quer em virtude de uma sorte particularmente favorável no terreno das armas, quer pela audácia e habilidade, que o designava à primeira vista para o comando supremo. Em todo caso, se o Ganga-Zumba não era rei no sentido europeu da palavra, nem por isso deixava de gozar de um poder considerável, embora sem bases sólidas pois foi por ter comprometido os Palmares, aceitando a paz, que ele foi envenenado por seus súditos. Essa evolução tornar-se-á mais clara para o leitor se a comparar com a ascensão de Chiang Kai-Chek que, chefe de uma quadrilha de bandidos por volta de 1920, se tornou, em poucos anos, senhor de toda a China,

fiéis ao cativo. O deus desses cristãos era pois, conforme a sua maneira de raciocinar, mais poderoso que as divindades africanas. Por conseguinte, convinha prestar-lhe uma homenagem especial para propiciar seus favores, assim como atualmente todo o candomblé começa com uma invocação a Exu, a divindade infernal capaz de provocar perturbações à cerimônia. Ora, quantas desgraças não tinha o deus cristão ocasionado aos habitantes dos Palmares e que desordens nas suas crenças! Por fim, o afluxo constante dos negros fugindo das fazendas era uma garantia sólida contra um aumento da influência cristã: vinha incessantemente da África um sangue novo que regenerava os Palmares.

“Não era permitido a existência de feiticeiros nos quilombos” – afirma Édison Carneiro – que, sem exame, repeti João Blaer. Mas o primeiro acaba de dizer que os negros se entregavam a dança até a meia-noite. Todos sabem que a dança, na África, como entre todos os povos ditos primitivos, nada tem de um divertimento frívolo, mas era uma autêntica cerimônia sagrada que faz parte dos ritos mágicos. Quem diz dança, diz religião ou feitiçaria. Sem dúvida, os negros capturados nos Palmares pelos soldados de João Blaer não tinham considerado conveniente confessar-se aos que acabavam de escravizá-los. Sabiam que castigos espantosos a igreja reservava aos heréticos, aos feiticeiros, etc. E para eles, os brancos, quaisquer que fossem, eram cúmplices dos padres e dos frades. Ora, sua situação em face do clero era das mais inconvenientes pois, convertidos ao catolicismo à força, se voltassem as suas crenças primitivas, incorriam no crime de apostasia, punido por tremendas torturas cuja perspectiva os ajustavam. Para os negros que acabava de voltar aos cativos, negar a existência do fetichismo no quilombo equivalia evitar, portanto, eventuais suplícios por parte do clero.

A população dos Palmares sem cessar. Novos mocambos surgiam, alargando a orla da floresta. Os ataques dos holandeses contra as colônias portuguesas, depois a sua conquista das capitâncias de Pernambuco e de Alagoas, tinham tido como consequência imediata o êxodo maciço dos escravos que se haviam aproveitado dos combates em que seus chefes estavam metidos para libertar-se e refugiar-se nos Palmares.

depois.

O interrogatório dos prisioneiros informou Fernão Carrilho que os negros se reuniam em Subupira, que lhes servia de praça de armas. Guiada pelos prisioneiros, a tropa dirigiu-se a esse povoado, mas oitenta homens enviados pelo capitão para fazer reconhecimento encontraram apenas as cinzas ainda quentes da aldeia que os negros acabavam de incendiar.

O capitão instalou o seu campo sobre as ruínas desse mocambo e expediu dois mensageiros ao governador para pedir-lhe reforços e víveres. Ao mesmo tempo, destacou patrulhas de reconhecimentos. A primeira voltou uma semana depois, tendo perdido 25 homens, que desertaram. Alguns dias mais tarde, uma segunda tropa, também de reconhecimento, regressou com 25 a menos, que abandonaram.

Ao receber essas novas, o governador de Pernambuco reuniu o conselho e resolveu enviar um graduado com trinta homens recrutar gente nos povoados vizinhos e abastecer o campo. Com os 130 homens que lhe restavam, Fernão Carrilho continuou a vasculhar a floresta e a perseguir os negros em fuga. Um destacamento de cinquenta homens, comandado pelos capitães Gonçalo Pereira da Costa, Matias Fernandes e Estevão Gonçalves, deu batalha a uma tropa de negros e teve a sorte de fazer 56 prisioneiros, inclusive o “grande corsário”, Ganga-Muiça. Muitos negros foram mortos nessa refrega, entre eles os célebres capitães João Tapuia e Ambrósio. Outra tropa, sob as ordens dos capitães Estevão Gonçalves e Manuel da Silveira Cardoso, sitiou um mocambo de Amaro composto de mil casas numa extensão de uma légua mais ou menos e a nove léguas de Serinhaém. Foi o acontecimento mais importante da campanha, no decorrer da qual os assaltantes capturaram o chefe Acaiuba, dois filhos do rei, Zambi e Acaiene, e cerca de vinte netos e sobrinhos de Ganga-Zumba. No total, essa expedição aprisionou 47 negros, duas negras e uma mulatinha, “filha natural de um orador nobre de Serinhaém”!, capturada pelos quilombolas. Durante os combates, Tocolo, filho do rei. E o chefe Pedro Capacaça foram mortos, enquanto o rei, em fuga, perdera uma pistola dourada e uma espada. Além disso, fora atingido por uma flecha.

Outra tropa de cinquenta homens partiu empós dos sobreviventes do mocambo do Amaro. Era comandada pelos capitães José de Brito, Gonçalo de Siqueira, Domingos de Brito e Gonçalo Reis de Araújo. Encontrou um grupo de negros perdidos e matou grande número deles, inclusive o chefe Gone, tendo aprisionado 36. Um destacamento de vinte homens, comandado pelo capitão Matias Fernandes, matou alguns negros e fez quatorze prisioneiros. Sozinho, esse capitão Matias Fernandes conseguira capturar 21 negros no curso da campanha. O mesmo se dera com os capitães Antônio Velho Tinoco e Felipe de Melo Albuquerque.

Fernão Carrilho supunha que, com tão graves perdas, o quilombo deixara praticamente de existir. Por conseguinte, o capitão-mor enviou dois prisioneiros idosos, Matias Dambi e Madalena, negra de Angola, sogros de um dos filhos do rei, com uma mensagem para os quilombolas dizendo que, se depusessem as armas, as hostilidades cessariam imediatamente.

O capitão-mor abandonou o seu campo a 29 de janeiro de 1678 para voltar a Porto Calvo, onde devia ser recebido em triunfo. Só tivera um morto e dois feridos no curso da campanha.

Enquanto isso, um destacamento fora posto ás ordens de João Coelho e Manuel Sampaio, enviado por Manuel Lopes para patrulhar a região de São Miguel. Encontrou ele uma coluna de negros fugindo aos assaltantes e comandada por Gana-Zona, irmão do rei, “negro valeroso e reconhecido daqueles brutos como rei também”. Numerosos negros foram mortos no decurso do combate que se seguiu, e os brancos fizeram quinze prisioneiros.

Algum tempo depois, o governador Pedro de Almeida enviou um alferes aos Palmares para renovar as promessas de Fernão Carrilho, o que não o impediu de publicar, a 14 de fevereiro de 1678, avisos aos habitantes, incitando-os a acabar com “esses bárbaros”. Esse alferes voltou ao Recife a 18 de junho de 1678, acompanhado de três filhos do rei e de uma dúzia de negros que vinham reconhecer a suserania do governador e pedir paz. Eles haviam ficado, segundo sua declaração, “sem cidades, sem mantimentos, sem mulheres nem filhos”. Entretanto, durante a viagem dos alferes, o governador Pedro de Almeida havia transmitido seus poderes a Aires

maioria dos altares dos macumbeiros de hoje, com as de muitos outros santos. Objetar-se-á que João Blaer não menciona nenhum ídolo negro. Nada mais normal, pois geralmente os negros, ainda hoje na África, carregam, em seus deslocamentos, as imagens dos gênios a que prestam homenagem. Por outro lado, é certo que os fugitivos de educação religiosa mais completa só conheciam do catolicismo os ritos mais simples e mais marcantes, como o batismo aqui todos haviam sido submetidos, os gestos mais repetidos: sinal da cruz, genuflexos, etc, cujo sentido lhes escapa em grande parte, e pedaços de diversas orações. Em consequência, essa “incrível mistura de catolicismo popular tingido de todas as superstições da Idade Média e de invocações de fundo mágico”, devia conter uma proporção muito pequena de cristianismo, mesmo popular, e uma dose considerável de feitiçaria. É verdade que o próprio catolicismo não está ainda de todo isento da mais vulgar feitiçaria e que na época estava ainda mais profundamente marcado que hoje. Imaginar, por conseguinte, que as crenças dos quilombolas pudessem situar-se no nível superior ao que acabamos evocar seria uma manifestação de cegueira.

Como dissemos, a primeira menção a uma “capela” – que existia, sem duvida, havia muito tempo – no mocambo Macaco aparece no diário de João Blaer, escrito em 1645. Ora, segundo todas as estimativas, a escravatura começou a adquirir uma certa amplitude por volta de 1630. Os habitantes dos Palmares eram pois, em 1645, negros nascidos na África, com raríssimas exceções. Não só tinham nascido nesse continente, mas a maioria deles havia lá passado a infância e a adolescência e tinham lá atingido a idade adulta. E é sabido que os traços deixados no espírito por essas duas fases são indeléveis. Será lícito imaginar que eles haviam, em poucos anos, esquecido tudo que haviam aprendido na África? Finalmente, ninguém ignora que a maioria dos povos chamados primitivos, quando vencidos, tem por habito prestar homenagem às divindades do povo vitorioso, consideradas como mais poderosas do que as suas, sem todavia abandonar estas ultimas. Os vencedores apressam-se, aliás, a capturar os ídolos das tribos submissas a fim de garantir a sua docilidade e de afirmar a extensão do seu triunfo. No caso em vista, os cristãos, capturando os negros na África, não deixaram de destruir os seus ídolos ao mesmo tempo em que reduziavam os seus

hor lhes servissem, enquanto os prisioneiros eram provavelmente abatidos. Os primeiros não tinham aliás outro recurso senão ganhar a confiança dos negros cumprindo fielmente as missões que lhes eram confiadas. É, com efeito, muito difícil imaginar que os negros tenham estado em condições, durante os últimos vinte anos dos Palmares, de comerciar diretamente com os fazendeiros e habitantes dos povoados das vizinhanças. Os amigos dos quilombolas que, com grande indignação de Domingos Jorge Velho, se haviam tornado seus colonos, eram pois, segundo todas as probabilidades, desertores de expedições anteriores que se tinham instalado à margem dos Palmares e serviam a um tempo de intermediários de espíões. Eram os únicos, com efeito, que podiam, em virtude de sua situação geográfica particular e de suas relações com o quilombo, contar com uma certa confiança dos negros, o que lhes permitia preencher essa dupla função, não sem proveitos substanciais.

A concordância dos textos nem sempre representam, porém, um terreno seguro. Com efeito, se até aqui concordaram com a verossimilhança, casos há em que dela se afastem de modo tão evidente que é impossível não repelir o seu testemunho. Os negros do mocambo do Macaco (no local da atual cidade de União, estado de Alagoas) tinham, segundo Édison Carneiro, uma “religião mais ou menos semelhante a católica” e uma capela, que os holandeses haviam visitado em 1645, na qual viram uma imagem de Jesus menino outra de Nossa Senhora da Conceição e uma terceira de São Braz. Da capela e dessas imagens, todos os autores deduzem que os quilombos era católicos. Entretanto, João Blaer vira apenas “oratório” dedicado a um culto sobre cuja natureza nada nos diz, limitando-se a crer no cristianismo dos negros. Concluir pelo catolicismo dos quilombolas é esquecer que, a ainda em nossos dias, a macumba e o candomblé começam na igreja, que a missa constitui o prefácio obrigatório da imensa maioria das cerimônias religiosas negras.

Que certas “orações cristãs” tenham tido curso nos Palmares é efetivamente provável, pois os escravos eram obrigados a adotar – pelo menos na aparência – a religião católica. Mais as imagens que João Blaer viu no mocambo do Macaco em 1645 não militam de modo algum a favor do catolicismo dos negros. Elas figuram na

de Sousa de Castro, perante o qual os negros se prosternaram.

O governador reuniu o conselho a 21 de junho, convidando especialmente o seu predecessor Pedro de Almeida bem como o ouvidor-geral Lino Camelo, o provedor da fazenda real, João do rego Barros, e os sargentos-mores Manuel Lopes e Jorge Lopes Alonso. O governador pôs em discussão o pedido do rei Ganga-Zumba, que solicitava a paz, a liberdade, a restituição das mulheres e do lugar onde viviam os negros. Pedro de Almeida concordou em que “lhes dessem para vivenda o sítio que apontasse, e plantas; que se assentasse a paz; que o rei se recolhesse a habitar o lugar determinado; que fossem livres os nascidos nos Palmares”, etc. Mas teria o rei poder para obrigar à obediência os chefes negros que viviam longe da sua residência? Um dos filhos do rei respondeu afirmativamente e declarou que, se o seu pai não conseguisse submeter certos chefes recalcitrantes, ele forneceria homens para guiar as forças portuguesas, que poderiam ser enviadas para destruí-las.

A paz foi então assinada, e o governador concedeu o título de mestre-de-campo ao rei Ganga-Zumba. Resolveu que os negros fiéis ao rei deveriam residir no Cucaú, para onde foram mandados dois monges da Recoleta de Santo Amaro.

Teriam os meios oficiais dúvidas quanto à validade dos compromissos subscritos pelos negros? Édison Carneiro quer ver um reflexo dessas dúvidas na brandura das condições de paz concedidas aos quilombolas. Tais condições, diz ele, “mais parecem ditadas pelos palmarinos”. Custa-se a crer que assim tenha sido. As condições de paz, muito favoráveis aos negros, concedidas pelo governador teriam provavelmente sido recusadas a um quilombo ainda possante. Mas as perdas consideráveis que Fernão Carrilho e suas tropas haviam infligido aos negros deixavam supor que eles haviam sido dizimados. Os seus restos já não constituíam, aos olhos dos chefes militares, um perigo sério para a colônia, tanto assim que era mais vantajoso assinar a paz do que prosseguir uma campanha tão custosa quão difícil, da qual não se podia esperar resultados apreciáveis. Aliás, se o governador não tivesse confiança nos negros, como explicar que tivesse enviado um sargento-mor comunicar ao rei Ganga-Zumba as condições de paz que lhe havia concedido, enquanto o seu filho ferido ficou no Recife em tratamento, em

companhia de dois negros da embaixada, à custa do governo?

O acordo entre o rei e o governo não foi, em todo caso, observado, pois os chefes mais resolutos dos Palmares se opuseram a ele assim que lhe souberam os termos. Embora o governador Aires de Sousa tenha escrito que apenas um mocambo recusara a rendição, é certo que o sobrinho do rei, Zumbi, não fora o único a entrar pela floresta adentro para prosseguir a luta. De modo que a embaixada que o governador lhe mandou não conseguiu resultado algum. Logo os negros do Cucaú, esquecendo o juramento de submissão que haviam prestado pouco antes, reuniram-se às tropas de Zumbi. Outros negros serviam de estafetas e de espiões de Zumbi e “recrutavam” ao mesmo tempo escravos nos arredores para os Palmares. Diante dessa situação, o governador resolveu castigar os negros e enviar uma expedição contra o Cucaú.

A tarefa de reduzir os negros foi confiada ao capitão-mor Gonçalo Moreira que, em 1679, seguiu os traços do seu predecessor.

As declarações do soldado Manuel da Rocha Lima nos informam que a tropa de Gonçalo Moreira encontrou a aldeia de Zumbi abandonada. Prosseguindo a sua marcha, os assaltantes descobriram alguns pequenos mocambos que foram destruídos. Sem dúvida, alguns negros foram capturados no curso dessas desordens.

A ofensiva continuou contra o povoado de Uma, depois contra o Cucaú, que foi cercado e tomado: perto de duzentos negros foram capturados. O soldado Manuel da Rocha Lima dizia que entre os prisioneiros figuravam “os principais motores da rebelião: João Mulato, Canhonga, Amaro e Gaspar”. O rei Ganga-Zumba havia sido envenenado pelos negros.

O governador Aires de Sousa de Castro concedeu, a 16 de fevereiro de 1680, a um habitante de São Miguel chamado André Dias, o posto de capitão-mor na guerra dos Palmares. Este recebeu, assim, poderes para prender, onde quer que os encontrasse, os negros fugitivos e para matá-los em caso de resistência.

Nada se sabe sobre essa expedição que muito provavelmente não foi além de uma simples caçada aos negros, embora tenha chegado até o Oiteiro da Barriga, o qual foi sitiado e sua cerca destruí-

se tornara a um tempo possante e ameaçado pelas constantes expedições portuguesas, isto é, durante os últimos vinte anos de independência dos Palmares.

No começo, a pilhagem devia coroar essas incursões apenas acessoriamente, quando um flagelo natural atingia as culturas do quilombo. A destruição das instalações dos brancos e seu massacre traduzem apenas uma vingança, alias perfeitamente legítima, se considerarmos o tratamento a que eram submetidos os negros. Entretanto, tais incursões não deviam ser muito freqüentes, pelo menos nos primeiros tempos, do contrario as trocas entre quilombolas e habitantes das aldeias não teriam sido possíveis. Ora, todos os autores mencionam o fato, sem dizer sem dizer se o conjunto dos brancos tomava parte nisso ou se essas trocas eram praticadas apenas por um pequeno número de traficantes que se haviam reservado os lucros desse comércio. É muito provável todavia que, nos últimos tempos, os brancos que comerciavam com os quilombolas se houvessem reduzido muito. O encarniçamento da luta, fazendo dos negociantes brancos cúmplices dos negros, tornava a sua situação difícil no seio da comunidade portuguesa.

Os documentos publicados até aqui mostram que os Palmares não eram povoados apenas de negros e mulatos. Índios haviam-se reunido a eles, e mesmo alguns brancos. É sabido que uma das brancas que viveu nos Palmares foi a mulher de Zumbi. Elas haviam sido, sem dúvida, capturadas pelos negros no curso de ataques contra as fazendas. Sabemos que os assaltantes tinham por hábito violar as mulheres e as filhas dos fazendeiros. Daí ao rapto a distancia é mínima. Os brancos que, no mesmo período, viviam nos Palmares ou às margens desse território, só podiam ser soldados desertores das forças enviadas periodicamente contra o quilombo. Cada expedição sofria abandonos mais ou menos numerosos. Os soldados que haviam deixado as tropas portuguesas não podiam esperar clemência das autoridades coloniais que, na previsão dessa eventualidade, haviam editado medidas draconianas contra os desertores. Os quilombolas aos quais se rendiam ou que os faziam prisioneiros (afinal, nada indica que alguns deles não tenham sido obrigados a render-se para salvar a vida) começavam evidentemente por apoderar-se de suas armas; depois utilizavam os desertores como mel-

dos guerreiros e dos velhos que se reúnem periodicamente ou não, quando os negócios da tribo ou do povoado o exigem, quer se trate de caça, pesca ou guerra, e para designar o chefe da expedição. Será evidentemente o mais forte ou o mais hábil, em todo o caso aquele cujas qualidades prometem maiores probabilidades de êxito, o que vai ser designado para guiar a empresa. Muitas vezes acontece mesmo que ele é responsável por essa ou aquela tarefa e perde toda a autoridade logo depois da volta à aldeia ou à tribo. É raramente eleito em forma vitalícia; ao contrário, é revogável quando considerado incapaz de levar a cabo a missão que lhe foi confiada ou quando o seu comportamento não corresponder ao que os mandatários esperarem dele. Os cronistas da conquista espanhola contam-nos o caso de Montezuma, que foi deposto pelos nobres eleitores por causa de seu caráter fraco e de sua indecisão. Na história dos Palmares, não vemos também o “rei” Ganzá-Zumba destituído e envenenado por ter pedido a paz com os brancos ou por ter concordado com ela? É aqui que o “ninguém reina inocentemente”, de Saint-Just, adquire o seu pleno sentido, iluminando de uma luz ofuscante as relações entre singular “rei” e seus igualmente estranhos “súditos”. O menos que se pode dizer é que essas relações careciam um tanto de respeito para com a majestade do soberano e que esses “súditos” não levavam muito em conta a autoridade “real”.

Na realidade, é difícil ao chefe dos Palmares mais do que uma autoridade reguladora e poderes militares intermitentes, pelo menos nessa época. Sem dúvida, era ele designado pela assembléia geral do quilombo, enquanto este compreendia apenas um número reduzido de povoados vizinhos uns dos outros. Quando os mocambos se multiplicaram, tiveram de designar primeiros seus dirigentes, os quais, reunidos, escolhiam o chefe supremo. O seu papel deve ter-se limitado a princípio a administrar os recursos comuns, a organizar a defesa contra ataques eventuais, a preveni-los mesmo e a dirigir expedições contra as fazendas para capturar mulheres, negras e brancas. Evidentemente, é nessa captura de mulheres que se deve buscar o pretexto inicial das represálias holandesas e depois portuguesas, tanto mais quanto essas expedições eram acompanhadas, como é normal, do rapto de todos os escravos que, no começo, deviam encontrar a sua liberdade. Somente mais tarde tiveram eles de conservar sua condição servil, quando o quilombo

da.

No decorrer desse mesmo ano de 1680, editais publicados nas cidades vizinhas dos Palmares convidavam ainda o negro Zumbi e seus tenentes a se colocar sob as ordens do sargento-mor Manuel Lopes. Por intermédio desse graduado, o governador informava que estava disposto a perdoar a Zumbi. No caso do chefe negro entrar em contato com o Gana-Zona num prazo de quatro meses, conservaria a sua liberdade total; caso contrário, seria objeto de uma guerra sem tréguas.

Manuel Lopes empreendeu um novo ataque aos Palmares em 1682 do lado de Alagoas, seguindo os traços dos negros até as vizinhanças de Serinhaém. Zumbi foi rechaçado para o interior da floresta. Os documentos que se referem a essa expedição mencionam o rapto de “algumas mulheres brancas”, sem dizer se esse ataque tinha simplesmente por fim vingar a incursão ou se o seu objetivo era mais geral.

No ano seguinte, Fernão Carrilho penetrou de novo nas florestas dos Palmares à testa de trezentos homens. Numa carta relativa a esse fato, o governador João de Sousa escreveu (1684) que decidira fazer uma guerra sem tréguas aos negros do quilombo e recusar qualquer proposta de paz de sua parte. Entretanto, mal chegou ao local, o capitão-mor pediu ao governador que voltasse atrás na sua decisão. Este recusou-se e manteve suas ordens de ataque. Fernão Carrilho obedeceu e instalou um campo na serra da Barriga. Ignoram-se os pormenores dos acontecimentos que então se produziram; em todo caso, o capitão foi obrigado a voltar prisioneiro dos Palmares. Depois disso, teve de responder a um processo, que parece injusto, no fim do qual foi degradado e enviado ao Ceará.

O seu posto foi logo ocupado pelo capitão João de Freitas da Cunha que, no curso do inverno de 1684, partiu para os Palmares à testa de cinqüenta soldados. Os negros batiam em plena retirada, e seus perseguidores alcançaram-nos ao cabo de dezoito dias de marcha. Foram batidos após dias de combate no Congorô, e os sobreviventes foram perseguidos durante um mês na espessura da mata.

O capitão João de Freitas da Cunha acampou no Paraíba-Mirim, onde permaneceu dez meses até receber do governador a ordem de voltar. Os resultados desse ataque parecem ter sido decepcionantes. Segundo declaração do governador, essas tropas “degolaram alguns negros”.

Entretanto, a experiência da paz solicitada ao governador Aires de Sousa não fora inútil para os negros que, a partir desse momento, parecem tê-la reclamado de novo a fim de ganhar tempo e retomar forças para prosseguir a guerra. Numa carta ao rei, o governador Souto-Maior escrevia, em 1685, que os negros haviam pedido a paz ao seu predecessor, João de Sousa. Este estava disposto a concedê-la, pois “não tinha nenhuns efeitos para se pôr em campanha”. Souto-Maior acrescentava que era preciso resignar-se, devido à pobreza dos habitantes incapazes de custear uma nova campanha.

Viu-se, entretanto, que, apesar dessas declarações do governador Souto-Maior, João de Sousa ordenara a Fernão Carrilho, 1683, que continuasse a guerra sem levar em consideração as propostas de paz dos negros, pois a experiência demonstrara em múltiplas ocasiões a falsidade de suas intenções, e que, por haver manifestado o seu desacordo, esse oficial fora destituído e preso.

Consultado sobre a carta do seu sucessor, João de Sousa declarou que a paz era de todos os pontos de vista inadmissível, pois a experiência já provara a que ponto as propostas de paz dos negros, repetidas por ocasião da posse de cada governador, eram vãs. O ex-governador Aires de Sousa de Castro foi da mesma opinião, e o Conselho Ultramarino [3] decidiu, por sua vez, que convinha prosseguir as hostilidades.

Aliás, o governador Souto-Maior não esperara por essa decisão. Desde novembro de 1685 comunicou ao rei que, no momento em que havia resolvido perdoar aos negros, queixa dos habitantes dos arredores dos Palmares chegaram até ele mostrando que os quilombolas continuavam seus ataques, faltando à palavra dada de viver “quietos e subordinados”.

Essa nova expedição foi confiada ao capitão-mor Fernão Carrilho, que havia oferecido os seus serviços no momento em que o

primeiros elementos indispensáveis à vida. Do fruto tiravam uma espécie de gordura e um vinho, as folhas serviam para recobrir suas cabanas e para fazer chapéus, esteiras, cestos. Leques, etc. Tinham eles trazido das fazendas as ferramentas que haviam podido, e mesmo armas de fogo sempre que se lhes apresentara a ocasião. Caçavam nas florestas à volta de suas aldeias, pescavam nos rios e tanques da vizinhança, roçavam a floresta para plantar milho, feijão, etc. Que necessidade tinham eles de instituir uma autoridade? O campo deste valia o daquele, e se algum animal selvagem devastava a cultura de um negro, a vítima devia receber, segundo todas as probabilidades, assistência de todo o mocambo, pois ninguém estava a salvo de acidentes semelhantes. E como imaginar que o recém-vindo, extenuado, sem provisões de espécie alguma, não tenha sido socorrido por todos até que a sua roça começasse a produzir? Sem esse auxílio ele não poderia sobreviver. E não era preciso que uma autoridade tomasse essa decisão. A solidariedade mais elementar entre seres que tinham conhecido os mesmos sofrimentos e continuavam expostos aos mesmos perigos exigia a recepção fraternal do recém-chegado, bem como a ajuda ao vizinho vítima da sorte.

O quilombo, durante os primeiros lustros, ou pelo menos até as expedições holandesas, permanece pois incompatível com qualquer forma de governo implicando uma autoridade regular. O diário de viagem de João Blaer não pode ser invocado contra essa tese. Se ele narra, com efeito, que “o rei os governava segundo uma justiça severa”, nada acrescenta para apoiar essa afirmação. Ao contrário, já se referiu a uma grande “casa do conselho”. Para que serviria essa casa do conselho se o rei tivesse o poder absoluto que essa frase pressupõe e que lhe é geralmente atribuído? Na realidade, é preciso entender por “justiça severa” uma disciplina estrita, o que é simplesmente normal numa comunidade exposta a ataques inimigos.

Admitamos que, entretanto, que o quilombo tenha tido um chefe (não um rei) desde 1645. Convém lembrar que são numerosos os povos primitivos que possuem a um tempo um chefe e um conselho, mas só o conselho é um organismo permanente que se reúne sempre que as circunstâncias o exigem. Compõem-se geralmente

essa afirmativa, não é de crer que o negro, recobrando a liberdade, tenha achado que praticava um ato negativo. De fato, negativo e positivo unem-se aqui num abraço íntimo gerador do novo estado de coisas constituído pelo quilombo, com a ausência de todo constrangimento que não se podia deixar de observar no início. Não somente era inevitável que uma liberdade total lá reinasse, mas ela devia ainda ser acompanhada de toda a generosidade fraternal subentendida pela consciência de um perigo constante e comum. Por fim, era do interesse de todos os negros reunidos nos Palmares ajudar os fugitivos que iam juntar-se a eles, visto que a força do aldeamento crescia na proporção do número dos seus habitantes.

Somos mesmo levados a crer que, até as primeiras expedições holandesas, nenhuma forma de Estado existia nos Palmares. Terão essas incursões provocado mais que uma organização temporária dissolvida depois de dissipada a ameaça? Para que se faça sentir a necessidade de um Estado, importa que a sociedade que vai constituir-lo contenha diversas camadas cujos interesses, senão opostos, são pelo menos tão difíceis de conciliar que uma autoridade superior se torne indispensável para submeter o mais fraco a vontade do mais forte. Ora, é altamente improvável que o quilombo tenha tido, desde o início, camadas sociais tão nitidamente diferenciadas: todos os fugitivos que a compunham estavam em condições de igualdade. O estado natural, caracterizado pela ausência de toda autoridade, devia ser o dos escravos evadidos. Impunha-se, aliás, tanto mais quanto constituía uma reação instintiva das mais normais contra as injustiças, violências e suplícios suportados pelos negros desde a sua captura na África. A supressão de todo constrangimento não podia deixar de ser, entre eles, a aspiração imediata mais urgente, a que condicionava todo o futuro. Sem isso, aliás, a sua evasão não teria muito sentido, e tão pouco se explicaria por que um quilombo se tornara “um constante chamamento, um estímulo, uma bandeira para os negros escravos”, como diz Édison Carneiro.

Eis, pois, que alguns milhares de negros fugiram das fazendas e se refugiaram num maciço montanhoso coberto de florestas em que predominam as palmeiras. Tais florestas forneciam-lhes um refúgio ideal, pois as palmeiras lhes davam ao mesmo tempo os

governador, à procura de um comandante, não encontrava ninguém com a necessária experiência para levar a cabo essa empresa.

Devia ele instalar seu campo num ponto determinado dos palmares, de onde suas forças poderiam irradiar-se pela floresta em todas as direções.

A expedição partiu a 10 de janeiro de 1686. Ela se propunha invadir a praça de armas dos negros, porém estes foram prevenidos e prepararam uma emboscada contra os brancos. Após um combate encarniçado em que perderam muita gente, os negros fugiram. Prosseguindo sua ofensiva, os assaltantes atingiram logo a praça de armas dos negros, que encontraram abandonada. Fernão Carrilho continuou a perseguição devastando os campos dos quilombolas, incendiando suas casas, destruindo suas provisões, de tal forma que, “já mortos de fome, vêm alguns pedir misericórdia e buscar perdão aos seus absurdos”.

A pedido do governador, que lhe expôs todas as dificuldades que tinha para continuar a campanha contra os Palmares, o rei ordenou que se reunissem quatrocentos soldados pagos e se enviassem para ocupar as posições dos negros. Esses soldados deviam persegui-los de mocambo em mocambo até que os fugitivos se vissem na impossibilidade de prosseguir a luta. Uma vez capturados, os negros deviam ser mandados ao reino e às possessões insulares portuguesas.

Em sua carta de 1685 ao rei, na qual lhe comunicava que havia aceito o oferecimento de Fernão Carrilho, o governador Souto-Maior anunciava que havia apelado aos paulistas instalados no sertão pára participarem da redução definitiva dos Palmares.

“Por estes homens serem os verdadeiros sertanejos, e se acharem com quatrocentos homens de armas, os roguei para esta conquista dos Palmares”, escreveu ele ao rei. Mas Domingos Jorge Velho, seu chefe, não comandava apenas quatrocentos homens. Em épocas diferentes, anunciara que dispunha, uma vez, de oitocentos índios e 150 brancos, outra, de mil arqueiros, duzentos fuzis e 84 brancos.

Com essas tropas, o chefe paulista empreendeu sua marcha contra os Palmares. Foi um verdadeiro pesadelo. Domingos Jorge

Velho e seus homens viram-se às voltas não só com as terríveis dificuldades da marcha através da floresta virgem, mas ainda com a fome, a sede e as doenças mais diversas. Em conseqüência, 132 homens pereceram, 63 foram postos fora de combate por várias enfermidades e duzentos desertaram, por considerar os esforços exigidos muito superiores às vantagens eventuais.

A tropa de Domingos Jorge Velho já tinha quase atingido os palmares quando recebeu ordem do governador do Brasil de mudar de caminho para prestar socorro ao Rio Grande do Norte, onde os índios janduí e outras tribos aliadas ameaçavam as regiões de Piranhas e do Assu. Já haviam tomado parte em várias operações, quando lhes chegou a ordem de retomar o caminho dos Palmares e de transferir a direção da guerra contra os índios a ouro paulista, Matias Cardoso de Almeida.

Nessa época, uma grave epidemia de “mal-de-bicho”, espécie de febre amarela, reinava nas capitanias de Pernambuco e de Alagoas, de modo que Domingos Jorge Velho e seus homens não ousaram tomar contato com o governador da região, senão em 1687. No começo desse ano, o chefe paulista enviou ao Recife delegados para discutir as condições materiais do empreendimento. Eram o frei André da Anunciação, religioso carmelita calçado, o sargento-mor Cristóvão de Mendonça e o capitão Belchior Dias Barbosa. Eles encontraram o governador Souto-Maior em Olinda, a 3 de março de 1687. Decidiu-se que os paulistas destruiriam totalmente os negros dos Palmares nas condições seguintes, enumeradas por Édison Carneiro:

- 1. O governador prometia dar dois quintais de pólvora e dois quintais de chumbo para a primeira “entrada”, entregues no Rio de São Francisco (Penedo) à custa da fazenda real. Por sua vez, o “coronel” Domingos Jorge Velho não poderia pedir mais munções.*
- 2. O governador prometia fornecer seiscentos alqueires de farinha “entra milho e feijão” em três partes iguais, de dois em dois meses, postos na vila de Alagoas, de onde o “coronel” os faria conduzir pelos seus índios.*
- 3. O governador daria aos paulistas mais de mil cruzados de fazendas, inclusive armas de fogo e outros apetrechos de cam-*

passou o Brasil. Sem dúvida, a mudança operada no Nordeste era muito menos importante que a do último quarto de século. É verdade que o ritmo da história era ainda muito lento. As aquisições culturais da humanidade mal começavam a tomar caráter “cumulativo” de que fala Claude Lévi-Strauss em *Race et culture* [6]. Por que, nessas condições, postular uma estabilidade dos Palmares? Édison Carneiro, na obra citada, cujo estudo pode ser considerado exaustivo sob vários aspectos, não parece admiti-lo, embora evite explicar-se. Vê ele “formas de governo naturalmente rudimentares” delinear-se entre os negros fugidos das fazendas onde eram escravos. “Formas rudimentares” estão normalmente destinadas a adquirir consistência e a desenvolver-se. Será por isso que, três páginas adiante, ele adota o ponto de vista de Nina Rodrigues, segundo o qual os habitantes do quilombo haviam implantado um governo despótico? Na realidade, cada uma das teses conserva a sua validade. Tudo depende do momento em que se consideram os Palmares.

A escravatura dos negros tornou-se o sistema de exploração geral das terras de Alagoas por volta de 1630, embora tivesse sido introduzida já em 1570 (Ernesto Bizarro Ennes: *As guerras nos Palmares*). Nesse ponto, não há desacordo. Todos notam, entretanto, que, desde a sua aparição, a escravatura e quilombo são estritamente concomitantes nessa parte do Brasil.

Temos, pois, negros vindos de todos os pontos da África que quase nada têm em comum: nem a língua, nem as crenças religiosas, nem sequer os costumes, nem a cultura. Esses homens tão díspares encontram-se, após a evasão, num ponto particularmente isolado da floresta virgem. Têm apenas uma aspiração em comum: a liberdade. Será admissível que as primeiras centenas ou os primeiros milhares de negros que se reuniram nos Palmares (seis mil em 1643) se apressem em designar um chefe ao qual confiam imediatamente um poder absoluto? A resposta é clara. É mais que provável que os primórdios do quilombo foram marcados, ao contrário, por uma espécie de anarquia primitiva que aos poucos chegou a essas “formas de governo naturalmente rudimentares” evocadas por Édison Carneiro, o qual considera a fuga dos negros uma reação negativa. Se, de um ponto de vista formal, nada se pode objetar a

bre o qual existem raros documentos, sobretudo quando provêm de uma única fonte. Os historiadores que estudaram a heresia dos “cátaros” dos séculos 12 e 13 que o digam. Com efeito, os inquisidores destruíram todos os documentos que continham a exposição da doutrina por eles reprovada. Foi somente através dos textos condenando esta heresia que o seu conteúdo pôde ser reconstituído com alguma verossimilhança; mas só adquiriu evidência a partir do momento em que foi possível estabelecer a filiação dessa doutrina com as crenças dualistas então em moda nos Bálcãs. Se existissem apenas os documentos deixados pela repressão católica, tal reconstituição seria forçosamente deficiente e mesmo completamente falsa. Imaginemos a história da Comuna de Paris baseada unicamente nos Conselhos de Guerra e na imprensa de Versalhes!

No entanto, é essa a luz que, para nós, banha o quilombo dos Palmares. De modo que as interpretações de que foi objeto são divergentes, para não dizer opostas. Sebastião da Rocha Pita (História da América portuguesa) vê nele uma “república rústica”, ao passo que Nina Rodrigues (Os africanos no Brasil) vê apenas um “governo central despótico” semelhante, segundo Édison Carneiro (O quilombo dos Palmares), aos “existentes na África do século 17”. Com quem está a razão?

Quanto mais examinamos as diversas teses, mais nos parece evidente que seus respectivos defensores conferem um sentido demasiado rígido à sua interpretação. É como se cada um, tendo optado por uma conclusão dada, a justificasse pelos fatos que militam em seu favor, evitando considerar tudo o que se lhe opõe. Por outro lado, o primeiro defeito dessas hipóteses consiste em parecerem elas insensíveis a toda influência e em recusarem-se a toda evolução durante os dois terços de século de existência do quilombo dos Palmares.

Nessa época, o estado do Brasil e singularmente do Nordeste da colônia portuguesa foi conquistada pelos holandeses e depois libertada. É inconcebível que os colonos portugueses que permaneceram no Brasil sob o domínio holandês se hajam livrado sem ter, segundo a fórmula, nada esquecido e nada aprendido. Contudo, não é necessário remontar até o século 17. Entra-nos pelos olhos, ao cabo de 25 anos de ausência, a transformação radical por que

panha.

4. *O governador concedia aos paulistas o quinto das presas – que deviam tocar a Sua Majestade – para serem repartidos entre a gente de Domingos Jorge Velho.*

5. *Os negros capturados nos Palmares não poderiam ser utilizados na capitania, e Domingos Jorge Velho se obrigava a mandá-los para a praça do Recife, para que fossem vendidos para o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Só poderiam ficar na capitania os negros de 7 a 12 anos, cuja venda reverteria em benefício do “coronel” dos paulistas.*

6. *O governador prometia aos paulistas sesmarias nas terras dos Palmares.*

7. *Domingos Jorge Velho se obrigava a não consentir na fuga de escravos para os Palmares, devolvendo-os imediatamente aos seus senhores.*

8. *Domingos Jorge Velho mandaria “cativar e extinguir” qualquer mocambo de negros, onde quer que estivesse situado “nestes sertões”.*

9. *O governador oferecia quatro hábitos das três Ordens [4] para Domingos Jorge Velho e os oficiais do seu Terço que o “coronel” nomeasse.*

10. *Nem o governador nem o “coronel” poderiam perdoar os negros.*

11. *O governador prometia dar as sesmarias que os paulistas pretendiam no rio dos Camarões e na Paraíba, “da maneira que as quisessem”.*

12. *Se os negros palmarinos voltassem ao domicílio dos seus senhores, estes pagariam oito cruzados a Domingos Jorge Velho. Os senhores “satisfariam” os mesmos oito cruzados ao “coronel” por escravo aprisionado pelas suas forças nos Palmares. Os “filhos do mato” – os negros nascidos nos Palmares – pertenceriam ao comandante dos paulistas, “como em guerra os cativara”.*

13. *O governador dava poderes a Domingos Jorge Velho para prender todo morador da capitania que socorresse os negros, “sem embargo de ser pessoa de qualquer qualidade”.*

14. *O governador e o ouvidor-geral perdoavam os crimes que os*

paulistas tivessem cometido.

15. Os voluntários para a campanha dos Palmares teriam de se submeter às ordens do “coronel” dos paulistas e dos seus oficiais.

16. Os homens de Domingos Jorge Velho não dariam asilo a nenhum criminoso nos seus arraiais.

Por fim, o chefe paulista e seus oficiais declaravam que abandonariam toda pretensão no caso de não executarem qualquer uma dessas condições.

O acordo com os paulistas foi ratificado a 3 de dezembro de 1691 pelo marquês de Montebel, governador de Pernambuco, apesar das reservas sobre os pontos 4 e 9, que não podiam ter efeito sem uma decisão do rei, pois “só ao dito senhor pertence conceder semelhantes mercês, pela qualidade delas”.

Na mesma época, a cidade de Porto Calvo, numa carta datada de 15 de julho de 1689, pedia ao rei que criasse três aldeias de índios de cem famílias cada, diante de Serinhaém, Porto Calvo e Alagoas, destinadas a servir de barreira entre essas cidades e os negros dos Palmares, que atacavam as plantações situadas nos arredores imediatos dessas cidades.

O rei consultou o governador de Pernambuco que, após ter pedido a opinião dos religiosos beneditinos e dos jesuítas, resolveu que essas aldeias não eram necessárias, pois o chefe paulista partiria “brevemente” para reduzir o quilombo.

No entanto, os paulistas só partiram para os Palmares três anos depois. Ao chegar, em dezembro de 1692, atiraram-se à luta contra os negros. A empresa não foi tão simples como o haviam imaginado - segundo eles próprios confessaram mais tarde. Mas não teriam eles exagerado as dificuldades encontradas a fim de tirar o maior proveito possível da expedição? É verdade que não tinham nenhuma experiência do terreno nem da guerra que deviam enfrentar, com os mil estratagemas e astúcias de um inimigo perfeitamente familiarizado com essa luta.

Zumbi e seus homens haviam-se entrincheirado num cercado perto das fortificações principais do Macaco. Domingos Jorge Vel-

travam no Macaco aprisionando a população não-combatente de mulheres e crianças, que foram levadas como escravos. O sítio havia durado 22 dias.

Terminada a liquidação do mocambo do Macaco, os homens de Domingos Jorge Velho dispersaram-se através da floresta com o fim de destruir as aglomerações de negros que porventura tivessem subsistido. Essa operação de limpeza, se não acarretou combates sérios, ao que parece, em todo o caso prolongou-se durante anos. Com efeito, o governador do Recife anunciou ainda ao rei, em 1697, que uma centena de escravos acabava de chegar por mar e que ele enviara oitenta ao Rio de Janeiro. Os outros, sendo menores, não podiam ser deportados.

No curso dessas operações de limpeza, os habitantes de São Francisco (Penedo) conseguiram capturar um mulato, auxiliar imediato de Zumbi, que conduziram ao Recife quando sua tropa encontrou um destacamento de paulistas comandado pelo capitão André Furtado de Mendonça. Terão os paulistas torturado o prisioneiro? É possível. Em todo caso, este, temendo ser morto, prometeu entregar Zumbi, se lhe garantissem a vida em nome do governador.

A proposta foi aceita, e o mulato guiou a tropa para o esconderijo do chefe negro. Ele tinha-se separado da família e fizera-se acompanhar apenas de vinte negros. Estes achavam-se repartidos por catorze postos de emboscada. Com os seus que lhe restavam, Zumbi correu a refugiar-se num subterrâneo que tinha preparado; mas os paulistas haviam-lhe cortado o acesso. Zumbi combateu “valorosa e desesperadamente, matando um homem, ferindo alguns, e, não querendo render-se, nem os companheiros, foi preciso matá-los”. Os brancos só conseguiram pegar vivo um dos homens de Zumbi. Foi a 20 de novembro de 1695. Cerca de dois anos haviam-se passado desde a tomada do mocambo do Macaco.

O quilombo de Palmares deixara de existir, mas havia resistido a inúmeros assaltos durante cinquenta anos.

ENSINO DE INTERPRETAÇÃO

Nada mais difícil do que destrinçar o sentido de um fato so-

comandante do posto dizendo-lhe: “E tu deixaste fazer essa cerca aos brancos? Amanhã seremos entrados e mortos e nossas mulheres e filhos cativos!”

Segundo o governador Caetano de Melo e Castro, os negros já estavam com falta de munições e uma de suas sentinelas fora capturada pelos atacantes.

Temendo que esse prisioneiro revelasse o estado desastroso da defesa, Zumbi decidiu romper o cerco a todo custo. Estudando a situação, notou que, no setor oposto à cerca oblíqua, a contracerca apresentava uma brecha de sete a oito braças no ponto defendido pelas tropas de Bernardo Vieira de Melo.

Sem ruído, pelas duas horas da madrugada, os negros tentaram furar o cerco. A sua fuga foi tão silenciosa que as sentinelas dos atacantes não lhes adivinharam a passagem senão “já no fim da sua retaguarda”. Entre os últimos a abandonar a cerca fortificada contava-se Zumbi. Os homens de Bernardo Vieira de Melo, dando conta da fuga dos negros, descarregaram suas armas na escuridão; mas o barulho teve lugar à beira do precipício, e perto de duzentos negros caíram nele, enquanto um número praticamente igual de sitiados perdia a vida no encontro. Houve tão grande número de feridos que, no dizer de Caetano de Melo e Castro, “o sangue que iam derramando serviu de guia às tropas”, as quais, despertadas em sobressalto, haviam-se atirado empós dos quilombolas.

Ao despertar do dia, os homens de Domingos Jorge Velho, prevenidos por Bernardo Vieira de Melo que fora pessoalmente avisar o chefe paulista, juntaram-se às tropas pernambucanas e, no fim do dia, estas últimas entregaram 58 negros aos paulistas. No dia seguinte, um destacamento pernambucano foi patrulhar na floresta, onde permaneceu dois dias, matando muitos negros e capturando duas negras.

O arraial cercado do Macaco devia comportar pelo menos uns mil combatentes, visto que os atacantes fizeram 519 prisioneiros. Ora, duzentos negros haviam caído no precipício que marginava as fortificações, e outros duzentos perecido na confusão decorrente da descoberta de sua fuga.

Na madrugada de 6 de fevereiro de 1694, os assaltantes pen-

ho atacou o cercado com os seus homens, aos quais sessenta habitantes de Alagoas se tinham reunido por ordem do governador. Foi em vão. O combate deve ter sido encarniçado, pois os negros defenderam-se certamente com coragem e obstinação. Os habitantes de Alagoas recuaram, bem como outra tropa de porto Calvo, que não chegou ao local do combate e voltou a meio caminho. Era o malogro. Os paulistas tiveram de levantar o sítio e bater em retirada. Foi preciso mais de um ano para poderem retomar o combate.

Qual era a composição das tropas comandadas pelo chefe paulista? Este declarava-as diferentes do exército regular. Dois incidentes mostram em que se distinguem elas desse exército.

Os paulistas haviam capturado alguns índios, entre os quais a mulher do capitão Paxicu. O capitão-mor da região tentou mostrar a Domingos Jorge Velho que esses índios viviam em boa harmonia com os brancos; mas os paulistas responderam que tinham ordem expressa do rei de capturar todos os índios não-batizados ou não-reunidos em aldeias. O governador do Brasil teve de intimar o chefe paulista a comunicar-lhe essa carta do rei, acrescentando que, se a ordem não existisse, o chefe paulista devia deixar de atacar os índios amigos dos brancos.

Contudo, isso não passava ainda de um incidente menor ao lado do que surgiu em 1691, quando os homens de Domingos Jorge Velho cercaram duzentos índios que, após a rendição, se recusaram a acompanhar o mestre-de-campo aos Palmares e tomaram armas contra os paulistas. Foram todos apunhalados.

Tais eram os homens que o governador do Brasil havia encarregado de reduzir os Palmares e de pacificar a região. De seu chefe, disse o bispo de Pernambuco, que visitou os paulistas nos Palmares em 1697, quando o quilombo tinha cessado de existir:

Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo “língua” (intérprete) [5] porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro tapuia mais que em dizer que é cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem sete índias concubinas.

As coisas atingiram tal gravidade que o rei ordenou ao governador do Brasil que chamasse o chefe paulista para lhe fazer as

comunicações necessárias e ao mesmo tempo reclamar contra a ação das tropas paulistas nos Palmares.

Compreende-se que nessas condições os habitantes da região não tivessem grande desejo de ver tais indivíduos instalar-se na sua vizinhança. É mesmo possível que eles tenham chegado logo a preferir os negros dos Palmares à sua presença. Em todo o caso, em 1699, o Conselho Ultramarino, de acordo com os habitantes da vizinhança, opunha-se a que os paulistas se instalassem mais perto dos povoados existentes, “porque, da barbaridade, assim dos costumes, e vícios deste mestre-de-campo, se possam seguir não só grandes escândalos”. Era também a opinião do governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, que, em 1694, prestando contas ao rei da liquidação da praça forte negra, escreveu dos paulistas que eram “gente bárbara, indômita e que vive do que rouba”. Ao mesmo tempo, notou as queixas dos habitantes contra as tropas dos paulistas e disse sem rodeios:

Não julgo útil ao Real serviço de Vossa Majestade que aquela gente fique fazendo sua morada nos Palmares, porque experimentarão as capitânicas vizinhas maiores danos em seus gados e fazendas que aquele que lhes faziam os mesmos negros levantados.

O Conselho Ultramarino era da mesma opinião no ano seguinte, dizendo que os paulistas poderiam ser “piores que os mesmos negros dos Palmares”.

A derrota que os assaltantes haviam sofrido em 1692 não nos deve fazer esquecer as suas qualidades combativas. Estas deviam, aliás, ser postas em evidência na campanha seguinte. Após o seu malogro, as tropas de Domingos Jorge Velho haviam voltado atrás para se reformar e esperar as munições que o governador lhes havia prometido. Quando o chefe paulista deu de novo o sinal da partida para os Palmares, a sua tropa achava-se reduzida a seiscentos índios e 45 brancos.

Os negros haviam abandonado o lugar em que os paulistas haviam sido derrotados para fortificar-se no cimo da serra da Barrega. Nesse local, já defendido pela natureza e contando abundantes recursos em água corrente, haviam construído uma tripla cerca de

2.470 braças, ou seja, cerca de 5.434 metros, com torres destinadas a proteger dois lados ao mesmo tempo, flancos, baluartes, guaritas, etc., cujo uso lhes era até então desconhecido. Os arredores estavam salpicados de armadilhas e ciladas de toda espécie, habilmente dissimuladas. Haviam deixado um grande espaço diante da cerca e, como o lugar era muito escarpado, ninguém podia aproximar-se bastante para ameaçar os defensores. Parece que tais fortificações tinham sido obra de um “mouro” que fugira para os Palmares.

Percebendo que suas forças eram insuficientes para lançar um assalto geral contra a fortaleza dos negros, Domingos Jorge Velho resolveu reclamar reforços urgentes ao governador.

Os socorros chegaram do Recife a 15 de janeiro de 1694, e o mestre-de-campo retomou imediatamente o sítio da fortaleza do Zumbi. Mas ele não sabia que tática adotar para levá-lo a cabo, quando o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, comandante da tropa pernambucana que o governador acabava de enviar como reforço, teve a idéia de mandar construir por seus escravos uma cerca de uns seiscentos metros seguindo a dos negros. Os outros comandantes imitaram-no e, em breve, a fortaleza negra viu-se envolvida por uma contracerca de enormes dimensões.

O mestre-de-campo ordenou um primeiro assalto geral a 23 de janeiro de 1694; mas seus homens não conseguiram romper as defesas dos negros, nem mesmo atingir a cerca de Zumbi, por causa das inúmeras armadilhas e ciladas que a protegiam. Outro assalto geral foi lançado no dia 29. Apesar da coragem dos atacantes, todos os esforços foram baldados e eles tiveram de retirar-se com algumas perdas.

Domingos Jorge Velho imaginou então a construção de uma cerca oblíqua, partindo do seu quartel-general e visando um ponto dado das fortificações dos negros.

Passando em revista as defesas da praça, Zumbi notou, a 5 de fevereiro de 1694, que a cerca dos brancos mal estava separada da dos negros por duas braças. Os homens de Domingos Jorge Velho só podiam trabalhar de noite, e a madrugada surpreendera-os antes que pudessem terminar sua tarefa. O chefe negro – conforme uma descrição do mestre-de-campo – repreendeu severamente o